



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM ESTUDOS DA
LINGUAGENS: CONTEXTOS LUSÓFONOS BRASIL-ÁFRICA**

ANA CRISTINA PEREIRA DA SILVA

**O ENSINO DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LIBRAS COMO
SEGUNDA LÍNGUA PARA OUVINTES: INCLUSÃO À COMUNIDADE
AFRO-SURDA DE SÃO FRANCISCO DO CONDE-BAHIA**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2024

ANA CRISTINA PEREIRA DA SILVA

**O ENSINO DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LIBRAS COMO
SEGUNDA LÍNGUA PARA OUVINTES: INCLUSÃO À COMUNIDADE
AFRO-SURDA DE SÃO FRANCISCO DO CONDE-BAHIA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado em Estudos de Linguagens: Contextos Lusófonos Brasil-África, MEL-Malês na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, UNILAB – Campus dos Malês.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Wânia Miranda Araújo da Silva.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2024

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da Unilab
Catalogação de Publicação na Fonte

S578e

Silva, Ana Cristina Pereira da.

O ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras como segunda língua para ouvintes : inclusão à comunidade afro-surda de São Francisco do Conde - Bahia / Ana Cristina Pereira da Silva. - 2024.

71 f. : il. color.

Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagens: Contextos Lusófonos Brasil-África) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2024.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Wânia Miranda Araújo da Silva.

1. Aquisição da segunda língua. 2. Língua Brasileira de Sinais - Estudo e ensino - São Francisco do Conde (BA). 3. Surdos - São Francisco do Conde (BA). I. Título.

BA/UF/BSCM

CDD 419.098142

ANA CRISTINA PEREIRA DA SILVA

**O ENSINO DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LIBRAS COMO
SEGUNDA LÍNGUA PARA OUVINTES: INCLUSÃO À COMUNIDADE
AFRO-SURDA DE SÃO FRANCISCO DO CONDE-BAHIA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado em Estudos de Linguagens: Contextos Lusófonos Brasil-África, MEL-Malês na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, UNILAB – Campus dos Malês.

Data de defesa: 29/05/2024.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Wânia Miranda Araújo da Silva (Orientadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof.^a Dr.^a Sabrina Rodrigues Garcia Balsalobre

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Alexandre António Timbane

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Dedico este trabalho a todos aqueles que acreditam na inclusão e são amantes da Língua Brasileira de Sinais (Libras) assim como a todos que me apoiaram ao longo desta jornada em prol de uma educação acessível e inclusiva.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus por tornar este sonho uma realidade.

Agradeço a minha orientadora pelo apoio constante, pela orientação valiosa e pelas ideias inspiradoras que tornaram esta experiência enriquecedora.

Sou grato também aos professores que compuseram a banca examinadora. Agradeço profundamente à minha família, em especial aos meus filhos pelo apoio incondicional ao longo de todo o período de estudos até a conclusão desta dissertação.

RESUMO

O presente estudo visa compreender as práticas de ensino da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como segunda língua para ouvintes em uma comunidade afro-brasileira no município de São Francisco do Conde, Bahia. A análise é embasada em documentos oficiais, tais como o Referencial Curricular São Franciscano e a Lei Municipal nº 540/2018, com o propósito de investigar a efetiva implementação da Libras nas escolas locais. Dentre os aspectos abordados, destacam-se as concepções de linguagem e Libras, inspirada na ideia de Ronice Quadros (1997), bem como uma apresentação da comunidade afro-surda do município à luz do multiculturalismo, baseada nas reflexões de Candau (2008). A pesquisa também aborda a inclusão e diversidade linguística, segundo as contribuições de Vilhalva (2009). A análise revela que a concepção de Libras como segunda língua para ouvintes transcende o mero ensino da língua em si, requerendo uma compreensão mais ampla da cultura surda e das necessidades específicas dessa comunidade, conforme apontado por Quadros (1997). Destaca-se a importância de uma abordagem inclusiva no ensino de Libras, que leve em consideração as particularidades linguísticas e culturais da comunidade surda. Ao analisar o Referencial Curricular São Franciscano e a Lei Municipal nº 540/2018, são identificados aspectos positivos e desafios na implementação da Libras como segunda língua para ouvintes. As conclusões deste estudo documental oferecem valiosas contribuições para aprimorar o ensino de Libras e promover a inclusão da comunidade surda em São Francisco do Conde. Apresentando-se como uma pesquisa exploratória, o estudo busca desvendar as práticas de ensino e a implementação da Libras nas escolas municipais, fornecendo valiosas e relevantes contribuições para futuras investigações nesse campo.

Palavras-chave: aquisição da segunda língua; Língua Brasileira de Sinais - estudo e ensino - São Francisco do Conde (BA); surdos - São Francisco do Conde (BA).

ABSTRACT

The present study aims to understand the teaching practices of Brazilian Sign Language (Libras) as a second language for listeners in an Afro-Brazilian community in São Francisco do Conde, Bahia. The analysis is based on official documents, such as the São Franciscano Curricular Reference and Municipal Law nº 540/2018, with the purpose of investigating the effective implementation of Libras in local schools. Among the aspects covered, it highlights the concepts of language and Libras, inspired by idea of Ronice Quadros (1997), as well as a presentation of the Afro-deaf community in the city of São Francisco do Conde in the light of multiculturalism theory based on reflections from Candau (2008). The research also addresses linguistic inclusion and diversity, according to the contributions of Vilhalva (2009). The analysis reveals that the conception of Libras as a second language for listeners transcends the mere teaching of the language itself, requiring a broader understanding of deaf culture and the specific needs of this community, as pointed out by Quadros (1997). The importance of an inclusive approach to teaching Libras is highlighted, which takes into account the linguistic and cultural particularities of the deaf community. By analyzing the São Franciscano Curriculum Reference and the Municipal Law No. 540/2018, we identified positive aspects and challenges in implementing Libras as a second language for listeners. The conclusions of this documentary study offer valuable contributions to improving the teaching of Libras and promoting the inclusion of the deaf community in São Francisco do Conde. It presents itself as exploratory research and it seeks to uncover teaching practices and the implementation of Libras in municipal schools, providing valuable and relevant contributions for future investigations in this field.

Keywords: acquisition of a second language; Brazilian Sign Language - study and teaching - São Francisco do Conde (BA); deaf - São Francisco do Conde (BA).

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Alfabeto manual da Língua Brasileira de Sinais	20
Figura 2	Configuração da mão em C	21
Figura 3	Configuração da mão em B	21
Figura 4	Configuração da mão em P	21
Figura 5	Configuração da mão em K	21
Figura 6	Configuração da mão em Ç	21
Figura 7	Sinal “perigo”	22
Figura 8	Sinal “conhecer”	23
Figura 9	Sinal “trabalhar”	23
Figura 10	Sinal “ajuda”	24
Figura 11	“Expressão facial”	25
Figura 12	Distribuição ilustrativa das comunidades indígenas surdas brasileiras	29
Figura 13	Cidade de São Francisco do Conde	33
Figura 14	Capa Bode	34
Figura 15	Capa do Referencial curricular Franciscano	50
Figura 16	Participante na elaboração do Referencial São Francisco do Conde	51
Figura 17	Grupos de Trabalho - GTS	52
Figura 18	Organizador Curricular de Libras	55

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais

L1 – Primeira língua

L2 – Língua segunda

MEC – Ministério da Educação e Cultura

RCF – Referencial Curricular Franciscano

PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	SEÇÃO 1: LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS – LIBRAS	16
2.1	CONCEPÇÃO DE LÍNGUA	16
2.2	CONCEPÇÃO DE LIBRAS	17
2.3	UM OLHAR PARA A LEGISLAÇÃO	29
3	SEÇÃO 2: SÃO FRANCISCO DO CONDE: TERRITORIALIDADE, MULTICULTURALISMO E UM PANORAMA DA COMUNIDADE AFRO-SURDA	32
3.1	SÃO FRANCISCO DO CONDE	33
3.2	TERRITORIALIDADE	34
3.3	COMUNIDADE AFRO-SURDA	35
3.4	MULTICULTURALISMO	37
4	SEÇÃO 3: INCLUSÃO E DIVERSIDADE LINGUÍSTICA	42
4.1	POLÍTICAS LINGUÍSTICAS DE INCLUSÃO	43
4.2	LEI MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO CONDE Nº 540/2018	48
4.3	REFERENCIAL CURRICULAR FRANCISCANO	49
4.4	ORGANIZADOR DE LIBRAS: FACILITANDO O ENSINO DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	54
5	SEÇÃO 4: INCLUSÃO DO ENSINO DE LIBRAS COMO L2	60
5.1	ENSINO DE LIBRAS PARA OUVINTE	60
5.2	CONTRIBUIÇÕES METODOLÓGICAS	61
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
	REFERÊNCIAS	66
	ANEXO	69

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa surge a partir de uma experiência profissional vivenciada no âmbito educacional com a comunidade surda no município de São Francisco do Conde (BA), que possui um número reduzido de membros. Como professora e intérprete da Língua Brasileira de Sinais – Libras, tive o privilégio de fazer parte desta comunidade surda, a qual, por ser pequena, tem a proximidade entre seus membros como uma característica marcante. Nesse contexto, é comum que eu tenha ensinado quase todos os indivíduos surdos da comunidade de São Francisco do Conde (BA), proporcionando-lhes não apenas educação em língua de sinais, mas também um ambiente onde pudessem expressar-se livremente e desenvolver suas habilidades linguísticas e sociais no município.

Pude testemunhar de perto as barreiras que as pessoas surdas enfrentam diariamente, particularmente a dificuldade em se comunicar efetivamente com a comunidade ouvinte. Ao desempenhar o papel de intérprete e professora de Libras, fui confrontada com as limitações existentes na comunicação entre surdos e ouvintes, bem como com as implicações profundas dessas barreiras para o acesso ao conhecimento e à participação plena na sociedade. Essa experiência prática despertou em mim a consciência da urgência em abordar essas lacunas, não apenas no contexto linguístico, mas também considerando as nuances culturais e raciais presentes na comunidade surda e ouvinte.

A escolha deste título, "O ensino da língua brasileira de sinais - Libras como segunda língua para ouvintes: inclusão à comunidade afro-surda de São Francisco do Conde- Bahia", é profundamente influenciada por essas experiências que busco investigar. Particularmente, justifica-se a escolha por este tema em função da existência de barreiras da comunicação e por acreditar nas possibilidades de construir pontes entre a comunidade surda e a comunidade ouvinte, utilizando de uma abordagem educacional bilíngue que busca capacitar pessoas com surdez para o uso de duas línguas: a língua de sinais e a língua da comunidade ouvinte, neste caso, o português.

Nesse sentido, Quadros contribui dizendo que: "Quando me refiro ao bilinguismo, não estou estabelecendo uma dicotomia, mas sim reconhecendo as línguas envolvidas no cotidiano dos surdos, ou seja, a Língua Brasileira de Sinais e o Português no contexto mais comum do Brasil." (2000, p.54).

Acredito que a educação é uma ferramenta poderosa para promover a inclusão e superar desigualdades. Essa pesquisa visa não apenas abordar as dificuldades enfrentadas pela população surda negra, mas também destacar a importância de um ambiente educacional que valorize e respeite a diversidade cultural, promovendo a proficiência em Libras para o ouvinte. Minha intenção é a de contribuir para práticas educacionais mais equitativas e, ao mesmo tempo, enriquecer a pesquisa acadêmica sobre essa intersecção única de identidades, contribuindo com discussões e propostas para a academia sobre o ensino de Libras como segunda língua para ouvintes. Acredito que a educação inclusiva é um caminho para construir pontes, quebrar barreiras e criar um ambiente verdadeiramente equitativo.

Essa pesquisa tem como objetivo analisar documentos oficiais do município, de São Francisco do Conde, tendo como base a Lei Federal 10436/2002, buscando identificar as metodologias para o ensino de Libras como segunda língua para ouvintes na cidade, com foco em investigar desafios, estratégias empregadas e impactos na comunidade surda negra. Busca-se, assim, oferecer perspectivas que contribuam para a melhoria da eficácia do ensino, considerando as nuances culturais e raciais. Ademais, utilizarei informações de documentos oficiais do município, tal como o Referencial Curricular São Franciscano e a Lei de Municipal 540/2018. Esta pesquisa é tanto documental quanto experiencial, combinando a análise de documentos com relatos de experiências pessoais para oferecer uma visão mais completa dos temas estudados. Examinando documentos criados com a intenção de gerar conhecimento científico e também analisar materiais acadêmicos já publicados, como livros, artigos científicos e trabalhos acadêmicos relacionados aos temas abordados.

No primeiro capítulo, abordarei brevemente o conceito da linguagem, delineando a natureza intrínseca das línguas e, especificamente, da Língua Brasileira de Sinais (Libras). Entrando na territorialidade da cidade de São Francisco do Conde, a Comunidade Afro-Surda, explorarei como a geografia influencia a cultura da comunidade dessa região. A seguir, adentrarei no Multiculturalismo do universo multifacetado da Libras. Este capítulo pretende proporcionar uma compreensão da Libras, sua inserção na educação de surdos até suas complexidades em um contexto multicultural e geográfico específico, como a cidade de São Francisco do Conde.

No segundo capítulo, abordarei sobre inclusão e a diversidade linguística e suas barreiras para a inclusão da Libras. Em seguida, farei um estudo sobre as

políticas linguísticas de inclusão do ensino da Libras como segunda língua (L2) à base da Lei 10.436/2002 e, por fim, será proposto um estudo do Referencial Curricular Franciscano para buscar qual é a proposta de inclusão da Libras na rede de ensino, através Lei municipal nº 540/2018.

No terceiro capítulo, irei me concentrar na implementação da Libras como segunda língua para ouvintes, explorando os desafios inerentes a esse processo de aprendizagem e como tais desafios afetam a integração efetiva da língua na vida cotidiana dos ouvintes. Este estudo visa fornecer uma visão da aplicação das políticas públicas, com foco nas complexidades da implementação da Libras para um público ouvinte.

Este trabalho é enriquecido pela contribuição teórica de educadores, cujas perspectivas são fundamentais para a compreensão aprofundada da temática, como, por exemplo, Paulo Freire, que oferece valiosas contribuições sobre educação; Nanci Araújo Bento, especialista baiana em estudos sobre a diversidade e relações étnico-raciais e educação de surdo; Audrei Gesser, que contribui com uma análise linguística sensível às nuances da Libras; Ronice Miller Quadros, linguista referência em estudos sobre surdos que oferece um olhar profundo sobre a linguagem e a cultura surda; Shirley Vilhalva sobre seus estudos com comunidade surda indígena; Kabengele Munanga antropólogo e pesquisador, conhecido por suas contribuições para os estudos sobre relações étnico-raciais, diversidade cultural e identidade afro-brasileira; e Tomaz Tadeu da Silva que proporciona um entendimento crítico da educação e das políticas linguísticas. Esses e outros autores conferem uma base teórica sólida e diversificada, enriquecendo a abordagem desta pesquisa em todas as suas dimensões.

Minha pesquisa desenvolverá a discussão sobre o ensino de Libras como segunda língua para ouvintes por meio de uma abordagem interdisciplinar e crítica. Inicialmente, ao discutir as concepções de língua e Libras, seguindo a perspectiva da autora Ronice Miller de Quadros, buscarei lançar luz sobre a singularidade e riqueza linguística da Libras como meio de comunicação para a comunidade surda e incorporando as contribuições de Nanci Araújo. A seguir, a investigação partirá para uma revisão dos escritos dos autores como Paulo Freire, Nanci Araújo Bento, Audrei Gesser, Kabengele Munanga, Peter McLaren e Tomaz Tadeu da Silva. Essa revisão servirá como base teórica. A coleta de dados será realizada por meio de análise documental, como o Referencial Curricular São Franciscano, Lei municipal nº

540/2018 e a Lei 10436/2002. O Referencial Curricular São Franciscano provê diretrizes e orientações pedagógicas para o ensino da Libras nas instituições de ensino locais. Por sua vez, a Lei municipal nº 540/2018 estabelece políticas e diretrizes específicas relacionadas à inclusão e ao uso da Libras no município. Já a Lei 10436/2002, de âmbito nacional, reconhece a Libras como meio legal de comunicação e expressão da comunidade surda brasileira, delineando obrigações e direitos relacionados ao seu uso e ensino. E o Decreto 5626/2005 que regulamenta a lei 10436/2002. A análise desses documentos permitirá uma compreensão mais abrangente das práticas e políticas públicas relacionadas à Libras em São Francisco do Conde, contribuindo para uma análise mais aprofundada sobre o uso e ensino da Libras no município.

2 SEÇÃO 1: LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS – LIBRAS

Nesta primeira seção, exploraremos os fundamentos da Língua Brasileira de Sinais (Libras), uma língua visual-espacial essencial para a comunicação da comunidade surda no Brasil. Inicialmente, abordaremos a definição de língua e como essa definição se aplica à Libras, destacando seus parâmetros fundamentais: configuração das mãos, movimento, orientação, localização e expressões faciais. Esses elementos são cruciais para a compreensão e expressão de ideias e conceitos de forma clara e eficaz na Libras.

Além dos parâmetros que definem a estrutura linguística da Libras, discutiremos sua gramática, que difere substancialmente do português. Exploraremos como a Libras organiza sua sintaxe, morfologia e semântica, utilizando recursos visuais e espaciais para transmitir significados de maneira contextual e dinâmica.

Ademais, será analisado o contexto legislativo que envolve a Libras no Brasil. Desde o reconhecimento oficial como língua pela Lei Federal nº 10.436/2002, a Libras tem ganhado crescente reconhecimento e proteção legal, garantindo direitos linguísticos e educacionais às pessoas surdas. Este panorama legislativo não apenas reflete a importância da Libras como um patrimônio cultural e linguístico, mas também fortalece sua integração nas políticas públicas e práticas educacionais voltadas para a inclusão.

2.1 CONCEPÇÃO DE LÍNGUA

A língua é uma das expressões fundamentais da cultura de um povo. Ela representa um sistema complexo de comunicação, composto por elementos linguísticos, gramaticais e semânticos que permitem a expressão de pensamentos, sentimentos e experiências. Além disso, a língua desempenha um papel crucial na formação da identidade individual e coletiva, uma vez que está intrinsecamente ligada às práticas culturais, às crenças, aos valores e às tradições de uma comunidade.

A relação entre língua, identidade e cultura é inerente. A língua molda a maneira como as pessoas percebem o mundo e se relacionam com ele, influenciando sua visão de si mesmas e de suas identidades. Através da língua, as pessoas expressam sua pertença a uma determinada comunidade e reafirmam sua identidade cultural. É por meio dela que se estabelecem laços de pertencimento e solidariedade entre os

membros de um grupo, fortalecendo a coesão social. Portanto, a língua é muito mais do que um simples código de comunicação, é um fenômeno vivo e dinâmico, que reflete a diversidade e a riqueza das culturas humanas (Geertz, 1989; Quadros, 1997). Reconhecer a importância da língua dentro de uma cultura é fundamental para valorizar e preservar a diversidade linguística e cultural de um povo. Ao promover o ensino e a valorização das línguas, estamos fortalecendo a identidade e a autoestima das comunidades, além de contribuir para uma educação mais inclusiva e equitativa.

Cada comunidade linguística possui sua própria língua com suas particularidades e variações, sendo que existem milhares de línguas faladas em todo o mundo, cada uma com sua história, estrutura e características únicas. A língua desempenha um papel central na transmissão de conhecimentos, na preservação da cultura e na formação da identidade de um povo, atuando como uma linha condutora que conecta indivíduos e ideias (Quadros, 1997). Entretanto, uma das preocupações da Linguística é explorar a interação entre a linguagem e o pensamento, assim como suas interconexões com nossa habilidade motora, percepção visual e auditiva, e como essas conexões influenciam na construção de significados.

Quando Quadros traz a abordagem para compreender a língua e a linguagem na perspectiva da comunidade surda, ela afirma que a aquisição da linguagem é um processo que apresenta padrões universais que são acessados a partir de um determinado ambiente linguístico. Para ela, as teorias de aquisição podem:

[...] prever um tipo de comportamento, mas não podem garantir que tal comportamento vá ocorrer de uma determinada forma em toda espécie humana. O uso criativo da linguagem é um aspecto fundamental da essência humana, e tal criatividade determina que o ser humano seja capaz de compreender e produzir uma sentença jamais ouvida anteriormente. Essa capacidade tomaria por base não somente os sistemas fonético/fonológico e lexical da língua em questão, mas, também, princípios da Gramática Universal. (QUADROS, 2008, p. 46).

2.2 CONCEPÇÃO DE LIBRAS

A Língua Brasileira de Sinais (Libras) é a língua utilizada pela comunidade surda no Brasil. Diferentemente do português, a Libras é uma língua visual-espacial, em que a comunicação se dá principalmente por meio de gestos, expressões faciais

e corporais. Cada sinal em Libras representa conceitos e não palavras isoladas, tornando-a uma língua completa e estruturada, com gramática própria.

A história da Libras no Brasil remonta ao século XIX, quando começaram a surgir registros de comunidades surdas e seus métodos de comunicação. Foi apenas em 2002 que a Libras foi oficialmente reconhecida como língua pela Lei Federal nº 10.436, garantindo direitos linguísticos e educacionais às pessoas surdas. Desde então, sua importância cresceu não apenas como meio de comunicação, mas também como instrumento de inclusão social e cultural.

A aprendizagem de Libras não se restringe apenas à comunidade surda. Cada vez mais, ouvintes têm buscado conhecer e aprender Libras para promover a inclusão e facilitar a comunicação com pessoas surdas. Essa iniciativa não só quebra barreiras de comunicação, mas também fortalece o reconhecimento da diversidade linguística e cultural no Brasil, promovendo uma sociedade mais inclusiva e acessível para todos.

Para Quadros, a língua de sinais é um meio de comunicação, uma expressão cultural e identitária para os surdos. Ela destaca a importância de reconhecer e valorizar a Libras como primeira língua para os surdos, promovendo sua aquisição e uso em contextos educacionais e sociais. A visão de Quadros sobre a língua e a linguagem é fundamentada na defesa dos direitos linguísticos e na busca pela inclusão equitativa para a comunidade surda, reconhecendo a importância vital da Libras em sua vida cotidiana e em sua participação plena na sociedade.

Ao analisar as ideias de Ronice Müller de Quadros (1997) sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como uma língua completa, percebo que ela destaca a Libras como uma língua distinta, com sua própria gramática e estrutura, permitindo a expressão de conceitos complexos e abstratos. Quadros valoriza a diversidade linguística e cultural, especialmente no contexto da comunidade surda, e minha análise concorda que essa valorização é essencial para a promoção da inclusão social. A aceitação e o respeito pela Libras reforçam a identidade surda e promovem a equidade educacional, sendo necessário implementar políticas públicas que garantam seu ensino e uso para surdos e ouvintes, contribuindo para uma sociedade mais inclusiva e consciente das diferenças linguísticas. Além disso, Quadros enfatiza a importância de formar profissionais capacitados no ensino de Libras e a necessidade de materiais didáticos adequados, o que considero crucial para o avanço da educação bilíngue. Ela também sugere que a interação entre ouvintes e surdos através da Libras enriquece culturalmente ambos os grupos, promovendo uma melhor compreensão e

convivência, perspectiva com a qual concordo plenamente, pois acredito que essa interação é fundamental para quebrar barreiras, promovendo uma integração social mais harmoniosa e respeitosa. Sua perspectiva destaca a importância da inclusão e da promoção da identidade linguística dos surdos.

Para avançar na pesquisa e aprofundar nossa compreensão sobre língua e linguagem na perspectiva da comunidade surda, é essencial explorar mais detalhadamente as contribuições teóricas de Ronice Müller de Quadros e sua aplicação prática no contexto educacional e social dos surdos. Além disso, é importante considerar as implicações dessas visões para políticas linguísticas, práticas pedagógicas e promoção dos direitos linguísticos da comunidade surda.

Ronice Müller de Quadros e Lodenir Karnopp são duas pesquisadoras brasileiras na área da linguística de sinais e da educação de surdos. Ambas têm contribuições significativas para a compreensão da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e sua importância para a comunidade surda. Segundo Ronice Müller de Quadros (2007), a Libras é uma língua natural, completa e complexa, com sua própria gramática e estrutura linguística. Ela destaca a importância da Libras como língua materna para os surdos, promovendo sua aquisição e uso em contextos educacionais e sociais.

Lodenir Karnopp (2007), por sua vez, também reconhece a Libras como uma língua natural e destaca sua capacidade de expressar uma ampla gama de conceitos e significados. Karnopp contribuiu significativamente para a compreensão da estrutura linguística da Libras e sua relação com outras línguas de sinais ao redor do mundo. Ambas as pesquisadoras defendem o reconhecimento e a valorização da Libras como língua legítima e essencial para a comunicação e a identidade da comunidade surda.

Suas contribuições têm impactado positivamente nas políticas linguísticas, nas práticas pedagógicas e na inclusão social dos surdos no Brasil. Uma das contribuições de Ronice Müller de Quadros é sua obra *Estudos Surdos I* (2006), uma coletânea que aborda diferentes aspectos relacionados à surdez, incluindo questões linguísticas, educacionais, culturais e sociais. Neste livro, Quadros (2006) discute também a importância da valorização da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e sua relevância para a identidade surda. Ao destacar a necessidade de políticas linguísticas e educacionais que reconheçam e promovam o uso da Libras, Quadros influenciou positivamente as práticas pedagógicas e as políticas de inclusão social dos surdos no Brasil.

A Língua Brasileira de Sinais (Libras) é uma língua natural, visual-gestual, utilizada pela comunidade surda brasileira como principal meio de comunicação e expressão (Audrei 2007; Quadros; Karnopp, 2004). A gramática da Língua Brasileira de Sinais (Libras) é estruturada de forma visual-gestual, diferindo significativamente da gramática das línguas orais.

A Libras tem um alfabeto manual que é usado para expressar nomes próprios, localidades e outras palavras que não possui um sinal específico. Segundo Nanci (2010):

O alfabeto manual das línguas de sinais é geralmente usado quando não há um sinal correspondente na língua de sinais, a exemplo dos nomes próprios. Assim, quando uma pessoa quer apresentar alguém a outrem, primeiro soletrará seu nome em português, em se tratando de Brasil, através do alfabeto manual, e se, esta pessoa tiver um nome (sinal) em LIBRAS, este será articulado logo em seguida. (Nanci 2010,p.34).

Ex: (A – N – A) 

Figura 1 - Alfabeto manual da Língua Brasileira de Sinais



Fonte: Capovilla (2008).

Seguem alguns exemplos de configuração de mãos da Libras. Essas configurações fazem referência a datilologia. A letras C (figura 2), a letra B (figura 3), a letra P (figura 4), a letra K (figura 5) e a letra Ç com movimento (figura 6)¹.



Figura 2

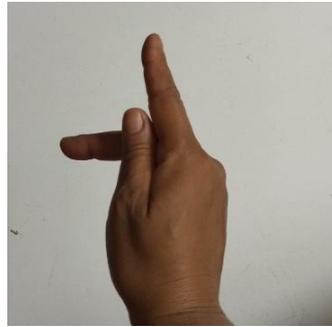


Figura 3



Figura 4



Figura 5



Figura 6

A gramática da Libras é organizada por meio de parâmetros específicos, que incluem (i) configuração de mão, (ii) ponto de articulação, (iii) movimento (iv) orientação da palma da mão e (v) expressões não manuais. Cada um desses parâmetros será pormenorizadamente exposto a seguir:

(i) Configuração de mão (CM): Refere-se à forma da mão utilizada para produzir um sinal na Libras. Existem diversas configurações de mão que podem incluir

¹ Configuração própria de mão utilizada nas figuras 2, 3, 4, 5 e 6.

diferentes posições dos dedos e da palma da mão. A configuração de mão é um aspecto distintivo de cada sinal na Libras e contribui para a sua diferenciação semântica (Ferreira Brito, 1995). Na figura abaixo temos o sinal perigo, para realização desse sinal temos a configuração da mão em d com um movimento de cima para baixo passando do lado do nariz².

Figura 7 - Sinal “perigo”



Fonte: elaboração própria.

(ii) O Ponto de articulação (PA): Indica o local do corpo onde o sinal é produzido ou o espaço em que ele ocorre. Pode ser próximo ao corpo, como no caso de sinais produzidos próximos ao peito ou ao rosto, ou distante do corpo, como no caso de sinais produzidos em diferentes locais do espaço ao redor do sinalizador (Quadros, 2008). Na figura abaixo temos o sinal conhecer, para realização desse sinal temos a configuração da mão em 4 encostando a mão no queixo.

² Imagem própria: Ana Silva professora e intérprete de Libras.

Figura 8 - Sinal “conhecer”



Fonte: elaboração própria.

(ii) Movimento (M): Refere-se ao movimento da mão ao produzir um sinal na Libras. O movimento pode ser realizado de diversas formas, como movimentos únicos ou repetitivos, rápidos ou lentos, curtos ou longos. O movimento é um elemento distintivo de cada sinal na Libras e contribui para a sua diferenciação semântica (Quadros, 2004; Karnopp, 2004). Na figura abaixo temos o sinal trabalhar, para realização desse sinal temos a configuração das mãos em L com um movimento para frente e para trás posicionando frente a cintura4.

Figura 9 - Sinal “trabalhar”



Fonte: elaboração própria.

(iv) Orientação/Direcionalidade: Indica a direção em que a palma da mão está voltada ao produzir um sinal na Libras. A orientação da palma da mão pode ser para cima, para baixo, para frente, para trás ou para os lados, e pode variar de acordo com o contexto comunicativo e a forma do sinal (Strobel, 1998). Na figura abaixo temos o sinal ajuda, para realização desse sinal temos a configuração de uma mão aberta e a outra com mão com configuração em D apoiando e empurrando a palma da mão para frente.

Figura 10 - Sinal “ajuda”



Fonte: elaboração própria

(v) Expressão não-manual: Engloba expressões faciais e movimentos corporais que acompanham os sinais na Libras e fornecem informações gramaticais, emocionais e contextuais. As expressões não manuais são fundamentais para a compreensão e interpretação dos sinais na Libras e contribuem para a sua expressividade e clareza. (Quadros, 2007). Nas figuras abaixo temos expressões de nojo, sorriso, dúvida, espanto.

Figura 11 - “Expressão facial”

Fonte: elaboração própria.

Esses cinco parâmetros são essenciais para a produção e compreensão dos sinais na Libras e são estudados de forma detalhada no ensino e na pesquisa dessa língua. O conhecimento desses parâmetros é fundamental para o desenvolvimento da fluência e da competência comunicativa em Libras, tanto para surdos quanto para ouvintes. Os parâmetros da Língua Brasileira de Sinais (Libras) residem na sua função essencial na construção e transmissão de significado dentro da comunidade surda. Como uma língua visual-espacial, a Libras se diferencia das línguas oral-auditivas, como o português, por sua utilização de gestos, expressões faciais e movimentos corporais como elementos primordiais de comunicação (Audrei, 2007).

Nesse contexto, os parâmetros da Libras desempenham um papel fundamental na precisão da mensagem transmitida, pois constituem a base estrutural da língua de sinais, fornecendo os elementos fundamentais para a expressão e interpretação eficazes da comunicação visual-espacial. Ao compreender e dominar esses parâmetros, os usuários da Libras podem participar plenamente da vida social, cultural e educacional, promovendo a inclusão e o respeito à diversidade linguística e cultural da comunidade surda. (Audrei, 2007).

Um aspecto fundamental da gramática da Libras é a sua estrutura sintática, que difere da estrutura das línguas orais. Na Libras, a ordem das palavras na frase pode variar dependendo do contexto e do foco da comunicação. Além disso, a Libras utiliza recursos não manuais, como expressões faciais e movimentos corporais, para indicar informações gramaticais, como marcação de tempo, aspecto, modo, concordância, entre outros.

Quadros (2007) aborda a estrutura sintática da Língua Brasileira de Sinais (Libras), destacando suas características distintas em relação às línguas orais. Segundo Quadros, a ordem das palavras na frase pode variar de acordo com o contexto e o foco da comunicação, diferentemente do que ocorre nas línguas faladas. Ela destaca a flexibilidade dessa estrutura sintática, que permite aos usuários da Libras expressar nuances de significado e enfatizar diferentes elementos na comunicação.

Além disso, a Libras faz uso extensivo de recursos não manuais, como expressões faciais e movimentos corporais, para indicar informações gramaticais. Discute-se como esses recursos são empregados na marcação de tempo, aspecto, modo, concordância e outros aspectos gramaticais na Libras. Esses elementos não manuais desempenham um papel na compreensão e na produção linguística na Libras, tornando-a uma língua visual-espacial rica e dinâmica, com suas próprias regras e convenções gramaticais. Alguns exemplos práticos que ilustram essa flexibilidade:

- ✓ Ordem das palavras: Na Libras, a ordem das palavras na frase pode variar para enfatizar diferentes elementos. Por exemplo, na frase "Eu amo pizza", a ordem das palavras pode ser "PIZZA EU AMO", "AMO PIZZA EU", "EU PIZZA AMO", etc. Cada ordem pode destacar um elemento diferente, como o sujeito (eu), o verbo (amo) ou o objeto (pizza).
- ✓ Marcação de tempo e aspecto: Os sinais na Libras podem ser modificados por expressões faciais e movimentos corporais para indicar o tempo verbal e o aspecto da ação. Por exemplo, o sinal "comer" pode ser acompanhado por uma expressão facial específica para indicar se a ação ocorreu no passado, presente ou futuro.
- ✓ Concordância: Na Libras, a concordância entre elementos da frase pode ser expressa por meio de movimentos simultâneos ou sequenciais. Por exemplo, para expressar a frase "eu triste", os sinais para "eu" e "triste" podem ser realizados sequencialmente, indicando a concordância entre sujeito e verbo.

Esses exemplos demonstram como a estrutura sintática da Libras é dinâmica e adaptável, permitindo aos usuários da língua expressar uma variedade de significados e nuances de maneira eficaz e expressiva.

Outro aspecto importante da gramática da Libras é a sua morfologia. A Libras possui um sistema complexo de morfemas, que podem ser classificados em morfemas lexicais (que carregam significado lexical) e morfemas gramaticais (que carregam informações gramaticais). Esses morfemas podem ser expressos por meio de diferentes configurações de mão, movimentos e expressões faciais (Quadros, 2007)

Os morfemas lexicais carregam significados léxicos ou de vocabulário, enquanto os morfemas gramaticais transportam informações gramaticais, como marcação de pluralidade, tempo verbal, aspecto, modo e concordância. A expressão desses morfemas na Libras é realizada por meio de diferentes configurações de mão, movimentos e expressões faciais (Quadros, 2007). A mudança na configuração de mão de um sinal pode alterar seu significado lexical, enquanto o movimento associado a um sinal pode indicar aspectos gramaticais como o tempo verbal.

Ademais, na Libras, a marcação de pluralidade pode ser expressa por meio de configurações específicas de mão. Por exemplo, o sinal "casa" pode ser realizado com duas mãos para indicar singularidade, enquanto a repetição desse sinal várias vezes de forma sequencial pode indicar pluralidade, como em "casa, casa, casa" (casas). Essa ampliação do movimento é uma forma de morfema gramatical que marca o plural.

Outro aspecto gramatical relevante observa-se no fato de que a Libras também utiliza morfemas gramaticais para indicar o tempo verbal. Por exemplo, o sinal "estudar" pode ser acompanhado de outro sinal para indicar o tempo da ação.

Também as expressões faciais ajudam na marcação de informações gramaticais na Libras, ajudando a diferenciar entre afirmação, negação, pergunta, entre outros aspectos linguísticos. Essa complexidade morfológica da Libras contribui para sua expressividade e capacidade de transmitir uma ampla gama de significados de maneira eficaz e precisa.

A gramática da Libras também inclui recursos para formação de palavras, como derivação e composição, e para expressão de relações gramaticais, como marcação de caso e concordância de número e pessoa. A derivação envolve a criação de novas palavras a partir de uma raiz lexical, adicionando afixos que modificam o significado da palavra original. Por exemplo, o sinal "amor" pode ser derivado para "amoroso", adicionando o afixo "oso", que indica qualidade ou característica. A composição, por sua vez, consiste na combinação de dois ou mais sinais básicos para formar uma nova palavra com um significado diferente. Por exemplo, os sinais "amigo" e "falso" podem

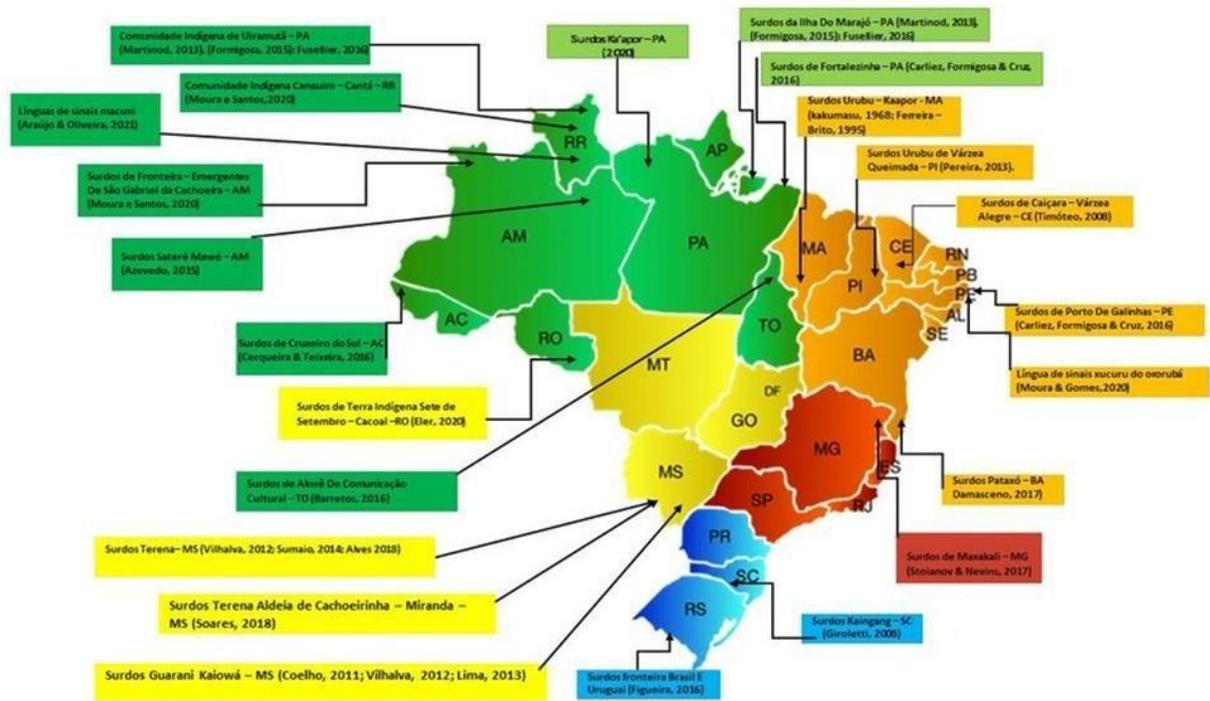
ser combinados para formar o sinal "falso amigo", que representa alguém que não é verdadeiramente amigo. A Libras possui recursos para expressar relações gramaticais, como marcação de caso e concordância de número e pessoa. A marcação de caso indica a função gramatical de um elemento na frase, como sujeito, objeto. Por exemplo, o sinal "ver" pode apontar diferentes localização para o objeto utilizando a direcionalidade.

Em resumo, a gramática da Libras é uma estrutura complexa e rica, que permite aos usuários dessa língua expressarem uma ampla gama de conceitos e significados de forma visual-gestual. Seu estudo é fundamental para o desenvolvimento de políticas linguísticas, práticas pedagógicas e pesquisas acadêmicas que promovam a valorização e a inclusão da comunidade surda.

Falamos sobre a Libras, mas também é importante salientar que existem várias outras Línguas de Sinais no nosso território brasileiro. Por exemplo, as Línguas de Sinais de povos indígenas, tais como a Ka'apor: utilizada pela comunidade surda do povo Ka'apor, na região amazônica do estado do Maranhão (Gomes, 2020); Língua de Sinais Terena: utilizada pela comunidade surda do povo Terena, que habita diversas regiões do Brasil, principalmente no estado do Mato Grosso do Sul (Soares, 2018); Língua de Sinais Cena utilizada pela comunidade de Várzea Queimada no Piauí (Vilhalva, 2009); Língua de Sinais Karitiana: utilizada pela comunidade surda do povo Karitiana, que vive no estado de Rondônia, na região norte do Brasil; Língua de Sinais Xukuru-Kariri: utilizada pela comunidade surda do povo Xukuru-Kariri, que reside no estado de Alagoas, na região nordeste do Brasil, dentre várias outras que ainda estão sendo descobertas, descritas e estudadas. (Vilhalva, 2009; Silva; Quadros, 2019).

Essas são algumas das línguas de sinais indígenas identificadas no Brasil, mas é importante ressaltar que pode haver outras línguas de sinais utilizadas por comunidades surdas de diferentes povos indígenas em todo o país. Cada uma dessas línguas possui sua própria gramática, vocabulário e expressividade, refletindo as culturas e experiências únicas de suas comunidades surdas (Vilhalva, 2009; Silva; Quadros, 2019).

Figura 12 - Distribuição ilustrativa das comunidades indígenas surdas brasileiras



Fonte: adaptada de Silva (2021, p. 108).

2.3 UM OLHAR PARA A LEGISLAÇÃO

Através da Lei 10.436, sancionada em 24 de abril 2002, foi reconhecida a Libras como meio legal de comunicação e expressão no país. Reconhecer a importância da Libras como uma língua completa e autônoma é fundamental para promover a inclusão e a equidade na educação e na sociedade como um todo. Através da valorização da língua e do acesso à comunicação, é possível fortalecer a identidade e os direitos das pessoas surdas, garantindo-lhes oportunidades iguais e uma participação na sociedade. A Lei 10436/2002 declara:

O presidente da república faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei: Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados.

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

Art. 2º Deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais - Libras como meio de Art. 3º As instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de

assistência à saúde devem garantir atendimento e tratamento adequado aos portadores de deficiência auditiva, de acordo com as normas legais em vigor. Art. 4o O sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, conforme legislação vigente.

Parágrafo único. A Língua Brasileira de Sinais - Libras não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa.

Art. 5o Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. (Brasília, 2002). comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil.

A Lei 10436/2002, que reconhece a Libras como meio legal de comunicação e expressão da comunidade surda brasileira, foi aprovada em um contexto de luta pela inclusão e pelos direitos das pessoas surdas no Brasil. A senadora Benedita da Silva (PT/RJ) foi uma das principais defensoras dessa legislação, sendo responsável pela elaboração do projeto de lei. Sua aprovação representou uma conquista significativa para a comunidade surda, pois conferiu legitimidade e visibilidade da Libras como língua natural dos surdos, garantindo seu uso em diversos contextos sociais, educacionais e jurídicos.

A abrangência da Lei 10436/2002 é ampla e impactante. Ela reconhece a Libras como língua oficial da comunidade surda brasileira, estabelecendo direitos e deveres relacionados ao seu uso e ensino. No entanto, apesar de ser uma legislação importante, ainda apresenta lacunas e desafios. A lei carece de regulamentação mais detalhada em alguns aspectos, como a formação e certificação de profissionais intérpretes de Libras, o que pode gerar inconsistências na interpretação e aplicação da legislação.

A lei não aborda de forma detalhada o acesso à educação bilíngue, entretanto, apesar de garantir o direito à educação bilíngue para os surdos, com o ensino da Libras como primeira língua e o português como segunda língua, a efetiva implementação desse direito enfrenta desafios, como a falta de professores capacitados e materiais didáticos adequados. A lei não aborda de forma detalhada questões relacionadas à acessibilidade em espaços públicos para pessoas surdas, nem tampouco sobre a presença de intérpretes em órgãos governamentais, hospitais e eventos públicos, o que pode dificultar o acesso a serviços essenciais e a participação plena na sociedade.

A legislação não oferece diretrizes claras sobre a inclusão de pessoas surdas no mercado de trabalho, o que pode resultar em discriminação e dificuldades de acesso a oportunidades de emprego e ascensão profissional. Essas lacunas destacam a necessidade de revisão e aprimoramento da legislação para garantir uma efetiva inclusão e igualdade de direitos para as pessoas surdas no Brasil.

O estudo da Libras é um campo multifacetado que envolve tanto aspectos linguísticos quanto socioculturais. No contexto da pesquisa realizada, é fundamental compreender a Libras como uma língua completa, com sua própria gramática, estrutura e expressividade. Porém, a Libras ainda enfrenta desafios no reconhecimento e na valorização de sua importância. Muitas vezes, a língua de sinais é subestimada e considerada como uma forma de comunicação inferior em relação à língua oral. Isso resulta em barreiras para o acesso à educação, ao emprego e à participação plena na sociedade para as pessoas surdas (Audrei, 2007).

No âmbito educacional, a Libras desempenha um papel fundamental na promoção da inclusão e equidade de oportunidades para os surdos, permitindo-lhes acesso pleno ao conhecimento e à interação social. Além disso, seu estudo e pesquisa contribuem para o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais eficazes e sensíveis às necessidades linguísticas e educacionais da comunidade surda.

3 SEÇÃO 2: SÃO FRANCISCO DO CONDE: TERRITORIALIDADE, MULTICULTURALISMO E UM PANORAMA DA COMUNIDADE AFRO-SURDA

Nesta segunda seção, exploraremos São Francisco do Conde, um município do Recôncavo Baiano, conhecido por sua rica diversidade cultural e histórica. Fundado no século XVI, São Francisco do Conde possui uma população majoritariamente de afrodescendentes, consequência direta da presença de africanos escravizados trazidos para trabalhar nas plantações de cana-de-açúcar. A territorialidade do município é profundamente influenciada por suas raízes africanas, manifestando-se nas tradições culturais, religiosas e comunitárias que persistem até os dias atuais. Esse contexto territorial singular proporciona um cenário fértil para a análise das dinâmicas sociais e culturais específicas, especialmente no que tange às comunidades afrodescendentes e suas interações com outras populações locais.

Ainda nessa seção, analisaremos um pouco sobre a comunidade afro-surda de São Francisco do Conde. Essa comunidade representa uma interseção complexa de identidades, em que a cultura afrodescendente se mescla com as particularidades da cultura surda, criando um ambiente multicultural singular. O crescente interesse acadêmico por esse grupo de pessoas com surdez, oferece informações valiosas sobre a negociação e expressão de identidades culturais em contextos de diversidade interseccional. O estudo da comunidade afro-surda permite uma compreensão mais profunda das dinâmicas de inclusão, exclusão e resistência cultural dentro de um quadro multicultural.

Por fim, o multiculturalismo que é uma abordagem que reconhece e valoriza a diversidade cultural presente na sociedade, enfatizando a importância de compreender e respeitar as múltiplas identidades e culturas coexistentes. Ele vai além da coexistência, sendo um compromisso com a justiça social e a igualdade de oportunidades, refletido em currículos e práticas pedagógicas inclusivas que combatem preconceitos e discriminações. Em São Francisco do Conde o multiculturalismo é multifacetado, envolvendo interações constantes entre diferentes identidades culturais, étnicas e sociais. A presença marcante da comunidade afrodescendente, juntamente com as influências indígenas e europeias, configura um mosaico cultural onde práticas, crenças e tradições convivem e se transformam mutuamente. Esse ambiente multicultural apresenta desafios e oportunidades para a construção de uma sociedade mais inclusiva e equitativa. Ao explorar a

territorialidade, a comunidade afro-surda e o multiculturalismo em São Francisco do Conde, busca-se não apenas compreender a complexidade social do município, mas também contribuir para o desenvolvimento de políticas e práticas que promovam a valorização e o respeito à diversidade cultural e à inclusão social.

3.1 SÃO FRANCISCO DO CONDE

São Francisco do Conde é um município localizado no recôncavo Baiano. Possui uma localização estratégica devido à sua proximidade com a Baía de Todos os Santos, o que historicamente tem influenciado suas características econômicas e geopolíticas. A cidade tem uma importância histórica considerável, com um patrimônio cultural significativo, incluindo o Centro Histórico, que abriga construções coloniais. A população de São Francisco do Conde, segundo o IBGE (2022), é 38.733 pessoas.

Figura 13 - Cidade de São Francisco do Conde



Fonte: Site oficial de cidade

3.2 TERRITORIALIDADE

São Francisco do Conde, como muitas outras cidades brasileiras, tem uma rica diversidade étnica e cultural, e uma comunidade surda ativa. A comunidade negra em São Francisco do Conde, assim como em muitas regiões do Brasil, tem raízes profundas na história da escravização e na cultura afro-brasileira. Isso pode ser evidenciado em práticas culturais, como danças, música, religiões de matriz africana, culinária e outras expressões artísticas.

A cidade abriga locais históricos e manifestações culturais que são importantes para a preservação da herança afro-brasileira. Isso pode incluir celebrações, festas populares, e espaços dedicados à memória e à promoção da cultura negra. Alguns são personagens da cultura local que não são vistos em outras regiões ou em outras localidades com as mesmas características, por retratarem tradições específicas de São Francisco do Conde como por exemplo o Capa Bode.

Figura 14 - Capa Bode



Fonte: Site oficial do município.

A comunidade negra em São Francisco do Conde/BA, como em todo o Brasil, contribui significativamente para o enriquecimento da cultura e da sociedade, envolvendo participação ativa em diversos setores, como arte, esportes, política e empreendedorismo. Com 38,7 mil habitantes, São Francisco do Conde tem 49,9% de

população preta, 44,1% de pardos, 5,7% de brancos e menos de 1% de amarelos e indígenas, segundo o Censo 2022 do IBGE³.

A questão dos desafios enfrentados pela população negra é uma pauta central em discussões sobre igualdade e justiça social. Nesse contexto, os obstáculos enfrentados pela população negra já são numerosos e complexos, mas é crucial reconhecer que a população negra surda enfrenta ainda mais obstáculos. Embora possam existir semelhanças em alguns aspectos, como discriminação racial e dificuldades socioeconômicas, as experiências da população negra surda são únicas e muitas vezes amplificadas pela interseção de sua identidade racial e surda.

3.3 COMUNIDADE AFRO-SURDA

A comunidade de afro-surdos de São Francisco do Conde, Bahia, representa uma rica e vibrante interseção de culturas e identidades. Essa comunidade é formada por indivíduos surdos que também compartilham a herança e a cultura afro-brasileira, enriquecendo ainda mais o tecido social e cultural da região⁴. Suas experiências únicas e perspectivas singulares destacam a diversidade intrínseca dentro da comunidade surda, oferecendo uma visão única das interseções entre a identidade surda e afrodescendente.

A história e a cultura afro-brasileira desempenham um papel fundamental na vida dos membros da comunidade afro-surda de São Francisco do Conde. Eles celebram suas raízes culturais por meio da música, dança, culinária e tradições ancestrais, que são transmitidas de geração em geração. Essa conexão com a herança afro-brasileira não apenas fortalece o senso de identidade dos afro-surdos, mas também promove um sentimento de pertencimento e orgulho em sua comunidade.

São Francisco do Conde enfrenta desafios enquanto celebra e preserva sua rica diversidade étnica e cultural, especialmente no que diz respeito à comunidade negra surda, que desempenha um papel crucial no enriquecimento da cidade em diversos aspectos. A inclusão e o acesso a serviços adequados para a comunidade surda são aspectos fundamentais para garantir sua participação plena na sociedade. Isso inclui a promoção de políticas públicas voltadas para a educação bilíngue que

³ Fonte: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cv2lw9vydeko>

⁴ <https://rotasciags.wordpress.com/s-f-conde-religiosa/>

reconheçam a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como língua e promovam o acesso a serviços de saúde, educação e trabalho de qualidade⁵.

A falta de acesso a serviços de saúde adequados, oportunidades educacionais inclusivas e emprego compatível com suas habilidades são apenas alguns dos desafios adicionais que a população negra surda enfrenta. É essencial reconhecer e abordar essas disparidades para garantir que todas as comunidades tenham acesso igualitário a recursos e oportunidades.

Embora os dados específicos sobre a população surda de São Francisco do Conde possam não estar disponíveis no momento, é importante reconhecer a importância de se investir em pesquisas e levantamentos estatísticos que contribuam para uma compreensão mais abrangente das necessidades e realidades dessa comunidade em nível local e nacional.

A falta de dados específicos sobre a população surda em São Francisco do Conde representa um desafio significativo para a formulação e implementação de políticas públicas voltadas para a comunidade surda. Sem informações precisas sobre o tamanho, distribuição e necessidades dessa população em nível local e nacional, torna-se difícil desenvolver estratégias eficazes para garantir sua inclusão e acesso a serviços essenciais. Isso inclui políticas para o ensino e difusão da Língua Brasileira de Sinais (Libras), tanto para surdos quanto para ouvintes⁶.

É muito importante que o IBGE reconheça a importância de incluir a população surda em seus levantamentos estatísticos e trabalhar ativamente para superar as barreiras que impedem a obtenção de dados precisos e abrangentes sobre essa comunidade. Somente com dados adequados e atualizados será possível desenvolver políticas públicas eficazes e promover uma verdadeira inclusão da população surda na sociedade brasileira.

Diante desse cenário, é importante que os órgãos governamentais, instituições de pesquisa e organizações da sociedade civil se engajem na coleta de dados sobre a população surda e na promoção de pesquisas que contribuam para uma compreensão mais abrangente de suas necessidades e realidades. Essas informações são essenciais para embasar a elaboração de políticas públicas inclusivas e sensíveis à diversidade linguística e cultural da comunidade surda.

⁵ <https://saofranciscodoconde.ba.gov.br>

⁶ <https://www.ibge.gov.br/>

No que diz respeito ao ensino de Libras, a falta de políticas públicas específicas para sua difusão e promoção também representa um obstáculo para sua expansão e valorização. O ensino de Libras precisa ser incentivado e incorporado de forma sistemática nos sistemas educacionais, tanto para surdos quanto para ouvintes. Isso inclui a formação de professores capacitados em Libras, o desenvolvimento de materiais didáticos acessíveis e a promoção de programas de educação bilíngue que reconheçam a Libras como língua e promovam sua aquisição e uso em diferentes contextos.

3.4 MULTICULTURALISMO

Candau (2008) destaca que o multiculturalismo vai além da mera coexistência de diferentes grupos étnicos, culturais e sociais, sendo fundamental compreendê-lo como um processo dinâmico de interações e negociações culturais que permeiam as relações sociais em um contexto globalizado.

Uma das principais contribuições de Candau para o debate sobre multiculturalismo reside na ênfase dada à valorização da diversidade cultural como um princípio ético e político fundamental. Segundo a autora, o multiculturalismo implica o reconhecimento e a legitimação das múltiplas identidades e formas de expressão cultural presentes em uma sociedade pluralista, e promovendo a igualdade de direitos e oportunidades para todos os grupos sociais (Candau, 2008).

Além disso, Candau ressalta a importância da educação multicultural como um instrumento essencial para promover a compreensão intercultural e a convivência democrática em sociedades marcadas pela diversidade. Para a autora, a escola desempenha um papel fundamental na promoção do respeito à diversidade, na valorização das diferenças e na construção de uma cultura de paz e tolerância (Candau, 2008). Nesse sentido, as práticas pedagógicas devem ser sensíveis às especificidades culturais dos alunos, promovendo uma educação que reconheça e respeite as diferentes formas de ser e de viver. Kabengele Munanga, antropólogo e pesquisador, conhecido por suas contribuições para os estudos sobre relações étnico-raciais, diversidade cultural e identidade afro-brasileira, aborda questões relacionadas à experiência afrodescendente no Brasil, destacando a importância de compreender e enfrentar o racismo estrutural e as desigualdades sociais que permeiam a sociedade brasileira. Munanga (1998) defende uma abordagem crítica que reconhece o legado

do colonialismo e da escravidão na formação da identidade afro-brasileira e busca promover a valorização e o respeito pela diversidade étnico-cultural do país. Suas contribuições acadêmicas têm sido fundamentais para o avanço do debate sobre questões raciais no Brasil, influenciando políticas públicas e práticas educacionais voltadas para a promoção da igualdade racial e o combate ao racismo.

Em suas obras, como *Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil: Identidade Nacional versus Identidade Negra* (2019) e *Negritude: Usos e Sentidos* (1988), Munanga discute questões relacionadas ao multiculturalismo, enfatizando a importância do reconhecimento e valorização da diversidade étnico-racial e cultural na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Suas análises críticas contribuem significativamente para o debate sobre identidade, pertencimento e políticas de inclusão no contexto brasileiro.

Em suas análises, Munanga destaca a importância de reconhecer e valorizar a contribuição de diferentes culturas para a construção de identidades coletivas e individuais, enquanto enfrenta os desafios da discriminação, desigualdade e exclusão que podem surgir em contextos multiculturais. Também enfatiza a necessidade de promover políticas e práticas que respeitem e celebrem a diversidade étnico-racial e cultural, combatendo o racismo, a xenofobia e outras formas de preconceito e intolerância. Suas reflexões desafiam noções tradicionais de identidade nacional e cultural, destacando a fluidez e a complexidade das identidades individuais e coletivas em sociedades marcadas pela miscigenação e pela interculturalidade. Assim, o trabalho de Munanga não apenas lança luz sobre as questões cruciais relacionadas ao multiculturalismo, mas também oferece valiosas contribuições para a promoção de uma convivência mais harmoniosa e inclusiva em sociedades plurais.

A comunidade negra de São Francisco do Conde, surda e ouvinte, está intrinsecamente ligada ao multiculturalismo. Nessa perspectiva, o multiculturalismo emerge como um conceito essencial para compreender e valorizar a diversidade étnico-racial e cultural presente na região. Para os surdos negros e ouvintes negros, o multiculturalismo representa o reconhecimento e a celebração de suas identidades étnico-raciais e culturais, as quais se entrelaçam com as tradições afro-brasileiras e com a cultura surda. Essa intersecção de identidades contribui significativamente para promover a diversidade cultural ao integrar práticas, valores e expressões artísticas que refletem as experiências vividas dessas comunidades. Esse enriquecimento cultural se manifesta através da música, dança, culinária, e outras formas de arte que são trans-

mitidas e adaptadas dentro da comunidade. Além disso, a inclusão dessas identidades diversas fortalece o diálogo intercultural, permitindo que diferentes grupos étnicos e raciais aprendam uns com os outros, compartilhando suas histórias e perspectivas. Isso não só aumenta a empatia e o respeito mútuo, mas também combate preconceitos e estereótipos negativos.

Da mesma forma, para os ouvintes negros de São Francisco do Conde, o multiculturalismo é uma ferramenta crucial para promover a convivência pacífica e a inclusão de todas as identidades étnico-raciais presentes na sociedade local. Reconhecer e celebrar a diversidade cultural e étnica da comunidade é fundamental para combater o racismo, a discriminação e outras formas de exclusão social, criando um ambiente mais justo e igualitário para todos. Nesse sentido, o multiculturalismo não apenas reconhece a existência de múltiplas identidades, mas também busca promover o diálogo intercultural e a construção de uma sociedade mais solidária e democrática, onde cada indivíduo é valorizado e respeitado em sua plenitude.

A relação entre a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e o multiculturalismo é intrínseca, pois a Libras é uma expressão viva da diversidade cultural e linguística presentes na sociedade brasileira. Como uma língua visual-gestual utilizada pela comunidade surda, a Libras reflete não apenas a singularidade da cultura surda, mas também incorpora influências e expressões de diversas origens étnico-raciais e culturais presentes no Brasil.

Ao reconhecer e promover o uso da Libras, estamos valorizando e dando visibilidade a uma forma de comunicação que é única em sua expressão e profundamente enraizada na história e na identidade dos surdos brasileiros. Essa valorização da Libras não apenas fortalece a cultura e a identidade surda, mas também contribui para a promoção do multiculturalismo, ao reconhecer e celebrar a diversidade linguística e cultural presente na sociedade brasileira.

Além disso, a Libras desempenha um papel fundamental na construção de pontes de comunicação e compreensão entre pessoas surdas e ouvintes de diferentes origens étnico-raciais e culturais. Ao aprender Libras, os ouvintes têm a oportunidade de se engajar com uma forma de expressão culturalmente rica e diversificada, ao mesmo tempo em que promovem a inclusão e a acessibilidade para a comunidade surda. Libras está intimamente ligada ao multiculturalismo, pois representa uma forma de expressão linguística que transcende fronteiras étnicas e culturais, promovendo a

valorização da diversidade e o respeito à pluralidade de identidades presentes na sociedade brasileira.

O multiculturalismo representa um convite para a celebração da diversidade humana em toda a sua riqueza e complexidade. Ao reconhecer e valorizar as diferentes identidades étnico-raciais, culturais, linguísticas e sociais presentes em uma sociedade, o multiculturalismo não apenas enriquece o tecido social, mas também fortalece os laços de solidariedade e compreensão mútua entre os diversos grupos.

Reconhecer que o multiculturalismo não é apenas uma realidade a ser aceita passivamente, mas sim um ideal a ser buscado ativamente por meio da promoção da igualdade de direitos, da justiça social e do respeito à dignidade de todos os indivíduos, independentemente de sua origem ou pertencimento étnico-cultural. Dessa forma, ao abraçarmos o multiculturalismo como um valor fundamental, podemos construir sociedades mais inclusivas, equitativas e harmoniosas, onde cada pessoa tem a oportunidade de florescer e contribuir para o bem comum.

A abordagem multicultural na educação de surdos é de extrema importância, pois reconhece e valoriza a diversidade cultural e linguística presente nessa comunidade. A educação de surdos envolve a compreensão e o respeito pela cultura e identidade surda, bem como o reconhecimento da língua de sinais como uma língua legítima e autônoma. O multiculturalismo na educação de surdos também envolve a promoção da diversidade linguística. Além da língua de sinais, é importante reconhecer e respeitar outras formas de comunicação utilizadas pelos surdos, como a escrita em língua portuguesa, a leitura labial e outras estratégias de comunicação. (Strobel,1998)

Além disso, a abordagem multicultural na educação de surdos busca proporcionar um currículo inclusivo, que reflita a diversidade de experiências e perspectivas dos alunos surdos. Isso inclui a incorporação de conteúdos relacionados à cultura surda, à história dos surdos, à contribuição dos surdos para a sociedade, bem como a inclusão de exemplos e referências que sejam culturalmente relevantes para os alunos surdos.

Outro aspecto importante do multiculturalismo na educação de surdos é a valorização da identidade e do orgulho surdo. Isso envolve a promoção de uma autoestima positiva, o encorajamento do uso da língua de sinais como forma de expressão e a criação de espaços seguros onde os alunos surdos possam

compartilhar suas experiências, histórias e desafios. Por fim, o multiculturalismo na educação de surdos também implica o combate a quaisquer formas de preconceito e discriminação que os surdos possam enfrentar. Isso inclui o enfrentamento do audismo, que é o preconceito e a discriminação contra os surdos com base em sua audição ou falta dela (Lane,1992).

A abordagem multicultural busca promover a conscientização sobre o audismo, sendo importante combater e promover a igualdade de direitos e oportunidades para todas as pessoas, independentemente de sua capacidade auditiva. Isso inclui o reconhecimento e a valorização da língua de sinais como uma língua legítima e a criação de ambientes inclusivos que respeitem e atendam às necessidades específicas da comunidade surda, bem como a inclusão e a equidade para os alunos surdos em todos os aspectos da vida educacional e social. O multiculturalismo na educação de surdos busca promover o respeito, a valorização e a inclusão da diversidade cultural e linguística presentes na comunidade surda. Essa abordagem reconhece a importância da cultura e identidade surda, promovendo um ambiente educacional inclusivo, onde os alunos surdos possam desenvolver-se plenamente e alcançar seu máximo potencial.

4 SEÇÃO 3: INCLUSÃO E DIVERSIDADE LINGUÍSTICA

Com o passar do tempo, temos visto um crescente movimento em prol da educação inclusiva, impulsionado pela sua integração em diversos documentos, o que tem gerado um impacto significativo na educação. A Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em Jomtien, na Tailândia, em 1990, foi um marco significativo na promoção da educação inclusiva em escala global. O evento reuniu representantes de diversos países, organizações internacionais e sociedade civil para discutir estratégias para garantir uma educação de qualidade para todos, independentemente de sua condição social, econômica ou de habilidades (Unesco,1990).

A principal meta estabelecida durante a conferência foi alcançar a universalização do acesso à educação básica e melhorar a qualidade da educação, com especial atenção para grupos historicamente marginalizados, como as pessoas com deficiência, minorias étnicas e meninas. Além disso, a conferência destacou a importância da educação ao longo da vida e da educação para o desenvolvimento sustentável. Os resultados da Conferência de Jomtien influenciaram a formulação de políticas educacionais em todo o mundo e deram origem ao movimento global pela Educação para Todos (Unesco, 1990).

No ano de 1994, ocorreu a Declaração de Salamanca, promulgada durante a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, a qual representa um marco histórico no campo da educação inclusiva. Esta declaração foi um passo significativo em direção à promoção de uma educação acessível e de qualidade para todos os alunos, independentemente de suas diferenças ou deficiências. Ao reconhecer a importância da diversidade e da inclusão, a Declaração de Salamanca defende a criação de escolas inclusivas que acolhem e valorizam a participação de todos os alunos em um ambiente de aprendizagem comum (UNESCO, 1994).

Uma das principais diretrizes da Declaração de Salamanca é a promoção da educação inclusiva como meio mais eficaz de atender às necessidades educacionais de todos os alunos. Isso implica a rejeição de práticas segregadoras e a adoção de abordagens que reconheçam e valorizem a diversidade como uma fonte de enriquecimento para toda a comunidade escolar. Além disso, a Declaração enfatiza a importância de atender às necessidades individuais de cada aluno, oferecendo

suporte e recursos adequados para garantir seu pleno desenvolvimento acadêmico, social e emocional (UNESCO, 1994).

Desde sua adoção, a Declaração de Salamanca teve um impacto significativo na promoção da educação inclusiva em todo o mundo. Inspirou a elaboração de políticas e práticas educacionais em diversos países, incentivando o desenvolvimento de sistemas educacionais mais acessíveis e igualitários. Além disso, reforçou o compromisso global com a valorização da diversidade e a garantia do direito à educação para todos os alunos, independentemente de suas diferenças individuais.

Na educação, esse movimento visa assegurar que todos os alunos tenham a oportunidade de desenvolver suas habilidades e potencialidades, possibilitando-lhes exercer plenamente sua cidadania. Essa educação inclusiva é projetada levando em consideração as necessidades, os interesses e as características individuais de cada aluno.

Esse enfoque reflete a preocupação em garantir que cada aluno seja valorizado em sua singularidade e que tenha acesso a oportunidades igualitárias de desenvolvimento. Ao reconhecer e respeitar as diferenças de cada indivíduo, a educação inclusiva se propõe a criar um ambiente onde todos se sintam acolhidos e capazes de alcançar seu potencial.

Sobre isso, Mantoan aborda: “ A Escola deve preocupar-se em fazer com que os alunos sejam realmente incluídos, se desenvolvam e aprendam, sem que haja o empobrecimento do currículo escolar, ao ter essa visão o foco do processo ensino aprendizagem muda. (Mantoan, 2015, p. 24) ”.

Essas reflexões nos ajudam a entender que a inclusão não se limita apenas ao âmbito educacional, é um movimento que transcende para esferas sociais e políticas. Ela busca garantir que todos os indivíduos tenham o direito de participar ativamente na sociedade em que vivem, sendo aceitos e respeitados em sua diversidade. (Matoan, 2018).

4.1 POLÍTICAS LINGUÍSTICAS DE INCLUSÃO

Conforme estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), a inclusão da pessoa com necessidades especiais é tratada com enfoque na integração em turmas regulares sempre que possível, permitindo sua participação sem a exigência de atendimento especial. Nessa perspectiva, reconhece-se que, em

algumas situações, o processo de aprendizagem do aluno com necessidades especiais pode ocorrer sem prejuízos, desde que haja condições favoráveis, que vão desde recursos didáticos adequados até a presença de profissionais capacitados.

Para que a escola possa verdadeiramente formar cidadãos com competências complexas, capazes de se integrar plenamente na sociedade e de demonstrar atitudes de tolerância e respeito para com todos, é imprescindível que ela passe por transformações significativas (Freire, 2004). Por exemplo, estabelecer práticas pedagógicas mais inclusivas e diversificadas que atendam às necessidades individuais de todos os alunos, independentemente de suas características ou habilidades. Isso pode envolver a adoção de métodos de ensino diferenciados, o uso de recursos educacionais variados e a promoção de uma cultura escolar que valorize a diversidade e o respeito mútuo. Além disso, é fundamental investir na formação contínua dos professores, capacitando-os para lidar com a diversidade de alunos em suas salas de aula e para utilizar abordagens pedagógicas inovadoras que promovam a aprendizagem significativa para todos (Freire, 2004).

Outra mudança importante é a revisão dos currículos escolares, garantindo que eles sejam mais flexíveis e adaptáveis às necessidades dos alunos, e que incluam temas relevantes sobre diversidade, inclusão, direitos humanos e cidadania. Além disso, é crucial promover uma gestão escolar participativa, que envolva alunos, professores, pais e comunidade no processo de tomada de decisões e na construção de um ambiente escolar mais acolhedor e inclusivo para todos.

Para tanto, o desenvolvimento de uma educação inclusiva demanda amplas mudanças em diversos aspectos do sistema educacional, tanto em nível organizacional quanto funcional. Isso implica em alterações na forma como os diferentes agentes educacionais interagem, na gestão da sala de aula, no currículo adotado e até mesmo nos processos de ensino e aprendizagem. Essas mudanças, por sua vez, podem encontrar resistências e receios por parte da comunidade escolar, o que pode dificultar a efetiva implementação dessas transformações. Como destacado por Mantoan (2003, p. 45), "a falta de sensibilização pode levar a atitudes discriminatórias e ações que perpetuam a exclusão". Essa falta de conscientização pode se manifestar tanto entre os educadores quanto na sociedade em geral, dificultando a implementação efetiva de práticas inclusivas. Mantoan acrescenta: "A Escola deve preocupar-se em fazer com que os alunos sejam realmente incluídos, se desenvolvam e aprendam, sem que haja o empobrecimento do currículo escolar, ao

ter essa visão o foco do processo ensino aprendizagem muda (Mantoan, 2015, p. 24) ”.

Portanto, a educação inclusiva requer não apenas mudanças estruturais e pedagógicas, mas também uma mudança fundamental nas atitudes e mentalidades de todos os envolvidos no processo educacional. É essencial que educadores, gestores, pais e a sociedade em geral se engajem ativamente na promoção de uma cultura inclusiva, que valorize e respeite a diversidade de cada aluno.

A partir de uma intensa mobilização da Comunidade Surda brasileira, a Língua Brasileira de Sinais (Libras) foi oficialmente reconhecida como idioma em abril de 2002. Esse marco significativo, conforme já mencionado, teve o apoio da senadora Benedita da Silva, cuja apresentação do projeto de lei no plenário do Senado Federal, em 1996, desencadeou esse processo, conforme documentado por Brito (2013).

Apesar de algumas interpretações sugerirem que a Libras é a segunda língua oficial do Brasil, na verdade, ela é reconhecida como a língua das comunidades surdas brasileiras. Esse reconhecimento foi estabelecido pela Lei 10436/02, resultante do projeto da senadora Benedita da Silva. O artigo 1º desta lei afirma: "É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados".

Para a efetiva implementação da Lei 10436/02, foi promulgado em 2005 o Decreto 5626, o qual regulamenta e delinea as disposições essenciais para a disseminação, legitimação e reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais (Libras) em diversos âmbitos da sociedade. Destaca-se que esse decreto visa principalmente estabelecer medidas concretas para promover a inserção e a valorização da Libras, especialmente nos contextos relacionados ao acesso à educação e à proteção dos direitos das pessoas surdas.

Em 2020, o Decreto 5626/05 completou 15 anos de vigência, período caracterizado por avanços substanciais resultantes de sua promulgação. Um desses avanços notáveis é a inclusão obrigatória da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como disciplina nos programas de formação de professores. Essa medida representa um marco significativo no fortalecimento das iniciativas de acessibilidade e inclusão de indivíduos surdos na esfera educacional, conforme estipulado pelas diretrizes delineadas pelo referido decreto. A Lei declara:

Art. 3º A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 1º Todos os cursos de licenciatura, nas diferentes áreas do conhecimento, o curso normal de nível médio, o curso normal superior, o curso de Pedagogia e o curso de Educação Especial são considerados cursos de formação de professores e profissionais da educação para o exercício do magistério.

§ 2º A Libras constituir-se-á em disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional, a partir de um ano da publicação deste Decreto.

O decreto de 2005, que regulamentou a Lei nº 10.436/02, representou um marco significativo ao estabelecer diretrizes para a difusão e utilização da Língua Brasileira de Sinais (Libras) nos sistemas educacionais federal, estadual, municipal e privado. Esse processo foi crucial para o desenvolvimento e implementação de políticas inclusivas voltadas para pessoas surdas. Como resultado, os currículos educacionais em todos os níveis passaram por adaptações para cumprir com as novas exigências legais, tornando obrigatória a inclusão da disciplina de Libras.

O Decreto 5626/2005 aborda outras questões relevantes, tais como a priorização do ensino de surdos, dando destaque à Língua de Sinais (L1) da Comunidade Surda. Além disso, prevê a criação de ambientes educacionais bilíngues, bem como a exigência de que os professores que atuam na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental (Fund. I) possuam fluência em Libras. Ademais, estabelece a necessidade de presença de Tradutores Intérpretes de Libras/Língua Portuguesa (LI) nos anos finais do Ensino Fundamental (Fund. II) e no Ensino Médio.

No contexto educacional, tanto a Lei de Libras quanto seu decreto têm grande importância, pois garantem o direito das pessoas surdas à educação bilíngue, ou seja, ao ensino da Libras como primeira língua e do português como segunda língua na modalidade escrita. Essa abordagem bilíngue é fundamental para o desenvolvimento linguístico e cognitivo dos alunos surdos, permitindo-lhes participar plenamente da vida escolar e acadêmica e alcançar seu pleno potencial de aprendizagem.

Assim, o ensino de Libras passou a ser uma disciplina obrigatória nos cursos de formação de professores e Fonoaudiologia, enquanto tornou-se uma disciplina curricular optativa nos demais cursos de nível superior e na educação profissional, conforme estabelecido pelo Art. 3º, § 2º do Decreto nº 5.626/05.

Com base na Lei de Libras (Lei nº 10.436/2002) e na Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), o Estado assume a responsabilidade de garantir que os alunos

surdos tenham acesso a uma educação de qualidade, alinhada aos princípios da inclusão e da igualdade de oportunidades. Isso implica não apenas em prover a presença física desses alunos nas escolas, mas também em oferecer os recursos e suportes necessários para que eles possam participar ativamente do processo educacional e alcançar seu pleno potencial de aprendizagem.

Além disso, as leis mencionadas estabelecem que a educação inclusiva não é apenas um direito, mas também um imperativo ético e legal. Ao garantir uma educação de qualidade para os alunos surdos, o Estado contribui para a promoção da igualdade de oportunidades, o fortalecimento da diversidade e a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Portanto, é fundamental que as políticas públicas e as práticas educacionais estejam alinhadas com os princípios da inclusão, garantindo que todos os alunos, independentemente de suas diferenças individuais, tenham acesso a uma educação que respeite e valorize sua singularidade e potencialidades.

O ensino da Libras tem sido uma prioridade em diversas instituições, o que tem contribuído significativamente para aumentar a visibilidade das demandas da comunidade surda. Essa crescente atenção tem impulsionado a educação em direção a uma maior inclusão e democratização, ainda que de forma gradual. Apesar dos desafios persistentes, é crucial destacar as iniciativas em andamento para promover a acessibilidade e a inclusão, especialmente aquelas voltadas para a disseminação e o ensino da Libras em várias cidades do Brasil.

Com as constantes alterações na legislação desde 2000, surgiu um novo desafio: a formação de profissionais em Libras, prevista na Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, visando garantir o acesso à informação para os surdos. Essa formação é destinada a cursos específicos de nível superior em Libras – Tradução e Interpretação. No entanto, devido à escassez desses cursos, outra abordagem tem sido adotada para capacitar profissionais, por meio de cursos de extensão e formação continuada. Entretanto, essa medida tem se mostrado insuficiente para atender à demanda das instituições, especialmente as do setor educacional.

O ensino da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como segunda língua para ouvintes desempenha um papel fundamental na promoção da inclusão e na quebra de barreiras de comunicação entre surdos e ouvintes. Como destaca Lodenir Karnopp, "o aprendizado da Libras não se limita apenas à comunicação, mas é também um ato de reconhecimento e respeito à cultura surda" (Karnopp, 2015).

Ao aprender Libras, os ouvintes têm a oportunidade de se conectar de forma mais significativa com a comunidade surda, ampliando suas perspectivas e enriquecendo suas experiências interculturais. O domínio da Libras por parte dos ouvintes promove a quebra de preconceitos e estereótipos, além de fortalecer laços de solidariedade e empatia com os surdos (Quadros, 2010). Além disso, o ensino da Libras para ouvintes contribui para a construção de uma sociedade mais inclusiva e democrática, onde todos têm igualdade de acesso e oportunidades.

Outro ponto relevante é o benefício que o aprendizado da Libras traz para a educação e o mercado de trabalho. Dominar uma segunda língua como a Libras pode abrir portas para novas oportunidades profissionais e promover a formação de cidadãos mais capacitados e conscientes da importância da inclusão.

A Libras como segunda língua para ouvintes não só promove a inclusão e a diversidade, mas também contribui para o desenvolvimento pessoal e profissional dos aprendizes. A Libras é uma língua viva e dinâmica, que enriquece não apenas quem a utiliza, mas também toda a sociedade (Audrei, 2009).

4.2 LEI MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO CONDE Nº 540/2018

Em 2018, no município de São Francisco do Conde (BA), foi criada uma lei para a implementação da Libras nas escolas com segunda língua para surdo e segunda língua para ouvinte⁷. O projeto de lei destaca:

Reconhece como meio de comunicação objetiva e de uso corrente, a língua brasileira de sinais - libras e dispõe sobre a sua implantação como segunda língua oficial para surdos, na rede pública municipal de ensino.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO CONDE-BAHIA, no uso de suas atribuições legais.

Faço saber e a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente

Lei. Art. 1º - Fica reconhecida oficialmente, como meio de comunicação objetiva e de uso corrente no Município de São Francisco do Conde, Bahia, a Linguagem Gestual Codificada na Língua Brasileira de Sinais -LIBRAS e outros recursos de expressão a ela associados.

Parágrafo Único - Compreende-se como Língua Brasileira de Sinais o meio de comunicação de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, oriunda de comunidades de pessoas surdas. É a forma de expressão do surdo e sua língua natural.

Art. 2º - A Rede Municipal de Ensino, através da Secretaria Municipal da Educação deverá garantir acesso à educação bilíngüe (LIBRAS e Língua

⁷ A Lei está equivocada aonde refere a Libras como segunda língua para o surdo.

Portuguesa) no processo de ensino-aprendizagem, desde a educação infantil até os níveis mais elevados do Sistema Educacional do Município de São Francisco do Conde, a todos os alunos surdos.

Art. 3º - Fica determinado que o Município oportunizará a capacitação do quadro de servidores e de outras instituições públicas, através da Secretaria Municipal da Educação, para prover as repartições públicas voltadas para o atendimento externo por profissionais que possam servir de intérprete da Língua Brasileira de Sinais.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º- Ficam revogadas as disposições anteriores em contrário. Prefeitura Municipal de São Francisco do Conde/BA,

EVANDRO SANTOS ALMEIDA
Prefeito Municipal

Essa lei possibilitou a implementação do ensino de Libras nas escolas de São Francisco do Conde, fortalecendo a inclusão e a igualdade de oportunidades para todos os estudantes, surdos e ouvintes. A partir dessa lei, os alunos surdos têm mais acesso a uma educação mais inclusiva e eficaz, garantindo-lhes o direito fundamental de aprender e se desenvolver plenamente em um ambiente escolar acolhedor e acessível.

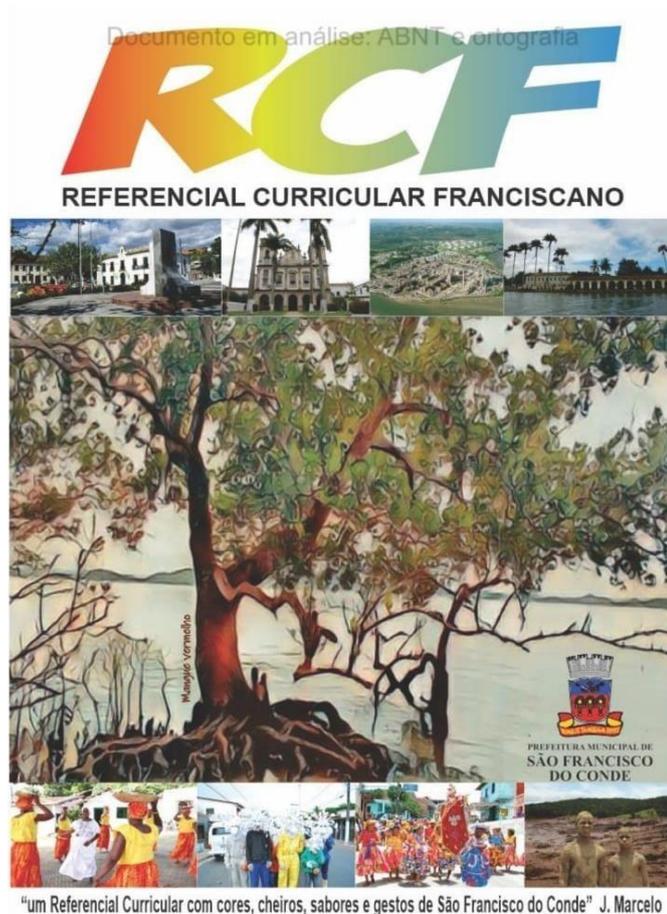
Além disso, essa iniciativa não apenas beneficia os estudantes surdos, mas também sensibiliza toda a comunidade escolar para a importância da inclusão e do respeito à diversidade. Ao integrar o ensino de Libras no currículo escolar, São Francisco do Conde está construindo uma sociedade mais inclusiva e consciente, onde todos têm a oportunidade de aprender e se comunicar.

4.3 REFERENCIAL CURRICULAR FRANCISCANO

O Referencial Curricular de São Francisco do Conde é um importante documento que teve início no ano de 2018, o qual serve como orientador das práticas educacionais no município, especialmente no que diz respeito à inclusão e à diversidade linguística. Ele serve como um guia para os professores, os coordenadores e os gestores escolares, fornecendo diretrizes pedagógicas e curriculares alinhadas às políticas educacionais locais e nacionais. Esse documento, vale ressaltar, foi para consulta pública, mas ainda não está promulgado oficialmente. Embora a BNCC seja uma diretriz nacional, ela prevê que os sistemas de ensino estadual e municipal criem currículos locais que atendam às necessidades específicas de cada território. Sobre o currículo:

A construção do RCF – Referencial Curricular Franciscano constituiu-se na busca do (re)encontro de São Francisco do Conde com a sua história. O objetivo de construir um currículo que valorize as tradições socioculturais e históricas do município com a “cara” local, mas aberto para o mundo, enfatiza a prospecção de um projeto futuro de cidade, que romperá com os muros do atual isolamento sócio-cultural-econômico para a construção de pontes que a conectarão aos caminhos do desenvolvimento sustentável (RCF,2019).

Figura 15 - Capa do Referencial curricular Franciscano



Fonte: RCF (2019).

O processo de elaboração do Referencial Curricular envolveu diversas etapas, caracterizadas por uma abordagem colaborativa e participativa. Inicialmente, foram formados grupos de trabalho compostos por especialistas e profissionais da educação, incluindo professores, pesquisadores, coordenadores e gestores educacionais. Esses grupos se dedicaram à discussão e análise de temas relevantes relacionados ao currículo, como objetivos de aprendizagem, conteúdos curriculares e metodologias de ensino. Em seguida, ocorreram reuniões periódicas desses grupos de trabalho, nas quais foram realizadas reflexões, debates e tomadas de decisão sobre o conteúdo a ser incluído no Referencial. Essas reuniões proporcionaram um

espaço para troca de ideias, compartilhamento de experiências e construção coletiva do documento. Ao longo desse processo, houve um esforço contínuo para garantir a representatividade e a diversidade de perspectivas, de modo a produzir um Referencial Curricular abrangente e alinhado com as necessidades e realidades do município de São Francisco do Conde.

Figura 16 - Participante na elaboração do Referencial São Francisco do Conde



Fonte: RCF (2019).

Figura 17 - Grupos de Trabalho - GTS



Fonte: RCF (2019).

Esse referencial reconhece a importância da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como elemento central na promoção da inclusão linguística das pessoas surdas, destacando a necessidade de sua valorização e difusão como língua oficial das comunidades surdas. Sobre o Organizador Curricular da Libras:

O organizador curricular de libras está organizado desde a educação infantil até a o ensino fundamental se dividem em três eixos discutidos em grupo de trabalho sendo eles: cultura e história da comunidade surda; arte e literatura surda e linguística da língua de sinais. Cada eixo está elencado seus saberes (saber, saber fazer e saber ser), expectativas de aprendizagem, princípios metodológicos, avaliação formacional e articulações curriculares (RCF, 2019).

Para promover uma abordagem estruturada no ensino da Língua Brasileira de Sinais (Libras), desenvolveu-se um organizador curricular que delinea os conteúdos a serem ensinados em diferentes níveis educacionais, que servisse como guia para professores e educadores. O documento serve como guia para professores, estabelecendo os principais tópicos a serem abordados em cada fase do ensino. Esse grupo de trabalho se reuniu em diversas ocasiões para discutir e planejar os conteúdos, levando em consideração as características linguísticas da Libras, as necessidades dos alunos surdos/ouvintes e as diretrizes educacionais estabelecidas pelo Ministério da Educação.

Identificaram-se aspectos linguísticos essenciais e competências a serem desenvolvidas, visando garantir o ensino e o aprendizado da Libras e proporcionar uma educação inclusiva e acessível. Dessa forma, permite que os estudantes adquiram fluência e proficiência na língua ao longo de sua trajetória educacional. (RCF,2019).

O organizador de Libras se tornou uma ferramenta essencial para orientar o planejamento curricular nas escolas, garantindo uma abordagem consistente e integrada no ensino da língua de sinais. Além disso, proporcionou uma base sólida para o desenvolvimento de materiais didáticos e recursos de apoio adequados às necessidades dos alunos surdos, promovendo assim uma educação mais inclusiva e acessível.

Essa construção foi um marco para mim, pois contribuir pessoalmente no desenvolvimento do organizador curricular para o ensino da Língua Brasileira de Sinais (Libras) foi marcada por um intenso comprometimento e dedicação. Atuei de forma estratégica na estruturação dos conteúdos e na definição dos tópicos essenciais para cada nível educacional, sempre com o objetivo de criar um currículo que atendesse eficazmente às necessidades dos alunos surdos e ouvintes. Meu trabalho incluiu uma análise minuciosa das características linguísticas da Libras e a integração das diretrizes educacionais do Ministério da Educação, garantindo que o material fosse abrangente e alinhado com os padrões estabelecidos.

Além disso, desempenhei um papel ativo nas reuniões do grupo de trabalho, facilitando a comunicação e a colaboração entre os participantes. Meu esforço foi direcionado para assegurar que cada aspecto do currículo fosse cuidadosamente planejado e adaptado às realidades e aos desafios enfrentados pelos educadores. Através de um trabalho meticuloso e envolvente, contribuí para a criação de um

documento que não apenas cumpre as exigências acadêmicas, mas também serve como uma ferramenta prática e valiosa para a promoção de uma educação inclusiva e de qualidade no ensino da Libras. Essa experiência evidenciou meu empenho em promover um ensino eficaz e adaptado às necessidades dos alunos, refletindo o impacto significativo que um planejamento bem executado pode ter na prática educacional.

4.4 ORGANIZADOR DE LIBRAS: FACILITANDO O ENSINO DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS

O organizador de Libras é uma ferramenta essencial para a estruturação e o planejamento eficaz do ensino da Língua Brasileira de Sinais. Projetado para fornecer uma visão abrangente sobre o que deve ser ensinado, esse organizador atua como um guia detalhado para professores de Libras.

Este organizador inclui uma série de componentes-chave, começando com a introdução dos conceitos básicos da língua, como o alfabeto manual e os sinais fundamentais. Em seguida, ele cobre aspectos mais avançados, como a gramática e a sintaxe da Libras, garantindo que os educadores tenham um roteiro claro sobre como ensinar cada elemento da língua de forma sequencial e estruturada. Além de fornecer uma abordagem pedagógica organizada, o organizador de Libras também pode incluir recursos adicionais, como dicas para a inclusão de alunos surdos na sala de aula, estratégias para adaptar o ensino a diferentes níveis de proficiência e sugestões para avaliar o progresso dos alunos. Com todas essas informações reunidas em um único documento, o organizador facilita o trabalho dos professores e assegura que o ensino da Libras seja consistente, abrangente e adaptado às necessidades dos alunos.

Figura 18 - Organizador Curricular de Libras

CAMPOS E CAPACIDADES							
Língua Brasileira de Sinais							
TRANSVERSALIDADES AMPLIADAS: CONCEPÇÃO DE INFÂNCIA – CUIDADO – LUDICIDADE – DIVERSIDADE – PROCESSO IDENTITÁRIO – CONTEXTO (S) SOCIOCULTURAIS E HISTÓRICAS							
TRANSVERSALIDADES FUNDANTES	SABER	SABER-FAZER	SABER-SER	EXPECTATIVAS DE APRENDIZAGEM	PRINCÍPIOS METODOLÓGICOS	AValiação FORMACIONAL	ARTICULAÇÕES CURRICULARES
<p>Interdisciplinaridade/ MULTIREFERENCIALIDADE INTERCRÍTICA – CURRÍCULO ETNOCONSTITUTIVO – EDUCAÇÃO INTEGRAL</p> <p>CULTURA E HISTÓRIA DA COMUNIDADE SURDA Identidade História da Comunidade Surda Multiculturalismo</p> <p>ARTE E LITERATURA SURDA</p>	<p>Compreender as diferentes identidades surdas existentes; Perceber as relações surdo x Ouvinte na sociedade;</p> <p>Conhecer o processo histórico da comunidade surda em âmbito Glocal</p> <p>Analisar os diversos costumes, valores, ideias, comportamentos e vivências da comunidade surda; Conhecer as singularidades e</p>	<p>Identificar e respeitar as pessoas surdas e ouvintes por suas diferenças.</p>	<p>Explorar as representações identitárias dos surdos ;</p> <p>Estimular o respeito entre as diversas identidades.</p> <p>Perceber e refletir sobre os marcos históricos vinculados a comunidade surda;</p> <p>Reconhecer a si mesmo e o outro respeitando a pluralidade cultural e linguística do sujeito surdo; ressignificar</p>	<p>As aulas serão expositivas e dialogadas em libras com o apoio da língua portuguesa oral e escrita de caráter teórico-prático intermediadas com estratégias que estimulem: debates em um espaço democrático que respeite as manifestações culturais e linguísticas do povo surdo; trocas entre professor/alunos e alunos/alunos; produções artísticas;</p>	<p>A avaliação deve ser um processo contínuo e reflexivo considerando a aprendizagem significativa e evolução conceitual dos discentes;</p> <p>Elaboração e resolução de atividades sinalizadas e/ou filmadas, orais, escritas e práticas; observações sistemáticas da participação nas atividades propostas; assiduidade e colaboração nas aulas; .</p>	<p>Experiências por projetos: projeto VOARTE – Voando nas Asas da Arte-Educação;</p> <p>Setembro azul;</p> <p>Seminário sobre libras</p> <p>Projeto de Leitura</p> <p>Projeto interdisciplinares</p>	<p>TRANSVERSALIDADES FUNDANTES</p> <p>PERSPECTIVA FORMACIONAL: AUTOFORMAÇÃO, HETEROFORMAÇÃO, ECOFORMAÇÃO E METAFORMAÇÃO</p>

	<p>Literatura e literatura surda e produção artística</p> <p>LINGÜÍSTICA DA LÍNGUA DE SINAIS</p> <p>Características gerais da Língua Brasileira de Sinais</p> <p>Aspectos fonéticos e fonológicos</p>	<p>artefatos da Cultura Surda de forma lúdica e visual.</p> <p>Conhecer a literatura surda e considerar as respectivas diferenças em relação a literatura geral;</p> <p>Vivenciar experiências visuais a partir de produções artísticas e especificidades da língua de sinais.</p> <p>Compreender as concepções de língua e linguagem e suas variações;</p> <p>Conhecer as diversas</p>	<p>Estabelecer relações entre a literatura geral e a literatura surda;</p> <p>Apreciar e construir produções artísticas (artes visuais teatro, música, dança).</p> <p>Diferenciar língua e linguagem;</p> <p>Reconhecer o status linguístico da libras e suas especificidades;</p> <p>Desmistificar crenças e preconceitos a respeito da língua de sinais, do surdo e da surdez.</p> <p>Distinguir os</p>	<p>preconceitos historicamente construídos sobre o povo surdo;</p> <p>Estimular o fortalecimento da cultura e do conhecimento sobre surdez valorizando suas subjetividades; refletir sobre os artefatos culturais através da arte e literatura surda/ouvinte.</p> <p>Discutir as características</p>	<p>jogos; brincadeiras; dinâmicas; conto e reconto de história e atividades do interesse e compreensão do aluno; produções sinalizadas filmadas</p>			
--	--	---	---	--	---	--	--	--

		<p>modalidades linguísticas e seu uso.</p> <p>Conhecer os parâmetros (unidades mínimas) da Língua Brasileira de Sinais</p>	<p>parâmetros da Libras das produções linguísticas; ler e descrever sinais</p>	<p>linguísticas;</p> <p>Analisar a organização dos aspectos fonéticos e fonológicos;</p> <p>Explorar as habilidades manuais, visuais e espaciais</p>				
--	--	--	--	--	--	--	--	--

Fonte: RCF (2019).

Além disso, o Referencial Curricular de São Francisco do Conde aborda estratégias de inclusão educacional para a comunidade surda, com base nas diretrizes estabelecidas pela legislação brasileira, como a Lei de Libras nº 10.436/2002 e o Decreto nº 5.626/2005. Ele propõe ações para garantir o pleno exercício dos direitos linguísticos e o desenvolvimento integral das pessoas surdas, promovendo um ambiente escolar mais inclusivo e acessível.

Por meio desse referencial, São Francisco do Conde demonstra seu compromisso com uma educação de qualidade para todos, valorizando a diversidade linguística e cultural presente no município. Ao incorporar as diretrizes do referencial em suas práticas pedagógicas, as escolas podem contribuir significativamente para a promoção da inclusão e o respeito à diversidade, preparando os alunos para uma convivência mais harmônica e justa na sociedade.

Esse documento representa um marco significativo na educação inclusiva e na valorização da diversidade linguística no município. Elaborado por diversas mãos, unindo esforços de educadores, especialistas em educação, representantes da comunidade surda e outros profissionais comprometidos com a igualdade de oportunidades, esse documento reflete o compromisso coletivo em promover uma educação de qualidade para todos.

A Libras é uma parte integral do Referencial Curricular de São Francisco, permeando todos os níveis e modalidades de ensino. Reconhecendo a importância da Língua Brasileira de Sinais como meio de comunicação e expressão para a comunidade surda, o documento enfatiza a necessidade de sua incorporação em todas as práticas educativas. Desde a Educação Infantil até o ensino fundamental anos finais, a Libras é valorizada como uma língua legítima e essencial para garantir o pleno desenvolvimento dos alunos surdos. (RCF,2019).

O Referencial Curricular de São Francisco representa um compromisso coletivo com a promoção da inclusão e da diversidade na educação. Ao reconhecer e valorizar a Libras como uma língua fundamental para a comunidade surda, esse documento reafirma o compromisso do município em garantir uma educação de qualidade para todos os seus alunos, independentemente de suas diferenças linguísticas ou culturais.

Um ponto positivo destacado por Silva é a capacidade do currículo de refletir e promover a diversidade cultural e social existente na sociedade (Silva, 2019). Ele enfatiza a importância de os currículos serem sensíveis às diferenças e necessidades dos alunos, reconhecendo suas identidades culturais, étnicas, linguísticas e sociais.

Essa abordagem valoriza a pluralidade e contribui para uma educação mais inclusiva e equitativa, que reconhece e respeita a diversidade presente nas salas de aula e nas comunidades escolares. Sobre isso ele ainda destaca: “O currículo é sempre resultado de uma seleção: de um universo mais amplo de conhecimentos e saberes seleciona-se aquela parte que vai constituir, precisamente o currículo”. (Silva,2019).

Diante das reflexões apresentadas por Silva sobre a importância do currículo, fica evidente que o Referencial Curricular de São Francisco está alinhado com essa perspectiva. Ao reconhecer a necessidade de um currículo sensível às diferenças e necessidades dos alunos, o documento reafirma o compromisso do município em proporcionar uma educação inclusiva e equitativa. Ao selecionar cuidadosamente os conhecimentos e saberes que compõem o currículo, São Francisco reafirma sua dedicação em garantir uma educação de qualidade que respeite e valorize a diversidade presente nas salas de aula e nas comunidades escolares.

O ensino da Libras será ofertada na parte diversificada da sua matriz curricular com carga horária de hora/aula semanais nas escolas municipais. Verifica-se que legalmente, o ensino da Libras no município garante aos estudantes ouvintes o aprendizado da língua, dando condições aos seus municípios se tornarem bilíngues. (RCF,2019).

5 SEÇÃO 4: INCLUSÃO DO ENSINO DE LIBRAS COMO L2

A inclusão do ensino da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como segunda língua (L2) tem ganhado destaque como uma abordagem essencial na promoção da inclusão e acessibilidade para a comunidade surda. Compreender a importância e os benefícios de oferecer a Libras como L2 vai além de apenas garantir a comunicação entre surdos e ouvintes. Essa prática educacional reconhece a Libras como uma língua legítima, com sua própria gramática e estrutura linguística, e busca fornecer às pessoas surdas uma ferramenta essencial para se expressarem e participarem plenamente da sociedade.

5.1 ENSINO DE LIBRAS PARA OUVINTE

O ensino de Libras para ouvintes oferece uma oportunidade única de quebrar barreiras de comunicação e promover a compreensão mútua entre diferentes grupos linguísticos. Ao aprender a língua visual-gestual da comunidade surda, os ouvintes são capacitados a se comunicar de forma eficaz com pessoas surdas, ampliando suas habilidades linguísticas e promovendo a inclusão em diversos contextos sociais e profissionais (Ferreira, 1995). Além disso, o ensino de Libras para ouvintes contribui para a valorização da cultura surda e para o reconhecimento da diversidade linguística como um aspecto fundamental da identidade humana.

No entanto, o ensino de Libras para ouvintes também apresenta desafios significativos, especialmente no que diz respeito à sua implementação efetiva no currículo escolar e em programas de formação de professores (Ferreira, 1995). A falta de recursos e capacitação adequada, bem como a falta de conscientização sobre a importância da Libras, pode dificultar a integração dessa prática no contexto educacional. Além disso, a superação de estereótipos e preconceitos em relação à comunidade surda pode ser um obstáculo importante a ser enfrentado no processo de ensino e aprendizagem de Libras para ouvintes.

É fundamental reconhecer que o ensino de Libras para ouvintes não se trata apenas de adquirir habilidades linguísticas, mas também de desenvolver uma compreensão mais profunda da diversidade humana e do respeito às diferenças. Ao aprender Libras, os ouvintes são expostos a uma nova forma de expressão cultural e linguística, que desafia concepções tradicionais de comunicação e identidade.

Portanto, o ensino de Libras para ouvintes não só promove a inclusão linguística, mas também contribui para uma transformação mais ampla na maneira como vemos e interagimos com o mundo ao nosso redor.

O ensino de Libras para ouvintes representa uma importante iniciativa na promoção da inclusão e da diversidade linguística. Ao proporcionar aos ouvintes a oportunidade de aprender a língua das pessoas surdas, essa prática contribui para a construção de uma sociedade mais justa e acessível, onde todos tenham a oportunidade de se comunicar e se relacionar de forma significativa. No entanto, é crucial investir em recursos e capacitação adequados, bem como promover uma mudança cultural mais ampla em relação à surdez e à comunicação, a fim de garantir o sucesso a longo prazo do ensino de Libras para ouvintes (Ferreira, 1995).

5.2 CONTRIBUIÇÕES METODOLÓGICAS

A Lei de Libras nº 540/2018, do município de São Francisco do Conde, representa um avanço significativo na promoção da inclusão linguística das pessoas surdas na região. Esta legislação fortalece a Lei Federal de Libras nº 10.436/2002, estabelecendo diretrizes específicas para a implementação e o fortalecimento do uso da Língua Brasileira de Sinais no contexto local.

Entre os principais aspectos abordados pela Lei Municipal estão a promoção da acessibilidade comunicacional, a valorização da cultura surda e o reconhecimento da Libras no município. A legislação prevê a disponibilização de intérpretes de Libras em instituições públicas, bem como a formação de profissionais capacitados para atuar nessa área.

Além disso, a Lei nº 540/2018 estabelece a obrigatoriedade do ensino de Libras nas escolas municipais, garantindo que os alunos surdos tenham acesso a uma educação bilíngue. Isso contribui não apenas para o desenvolvimento linguístico e acadêmico desses estudantes, mas também para a promoção da igualdade de oportunidades e o combate à discriminação.

Dessa forma, a Lei municipal sobre a Libras de São Francisco do Conde reafirma o compromisso das autoridades locais com os direitos linguísticos e educacionais das pessoas surdas, promovendo uma sociedade mais inclusiva e respeitosa com a diversidade.

Entretanto, a Lei municipal nº 540/2018 enfrenta diversos desafios, especialmente relacionados a professores de Libras para todas as escolas, além de recursos disponíveis adaptados para o ensino da Libras. Um dos principais obstáculos que percebi durante a análise desses dados é que a Lei necessita de um decreto que traga pormenores sobre como deve ser esse ensino em rede, e como esta Lei precisa ser aplicada em outras esferas do município, para que os direitos sejam garantidos não somente na educação, mas em toda cidade de São Francisco do Conde. Isso tem dificultado a efetiva implementação da lei. Também foi percebida a ausência de diretrizes específicas relacionadas ao papel do intérprete de Libras nas escolas, ou até mesmo em outras esferas municipais, já que a presença desses profissionais é essencial para o munícipe surdo.

A ausência de materiais adaptados e estratégias específicas para o ensino da língua pode comprometer o aprendizado dos alunos surdos e dificultar a comunicação e interação deles com os demais colegas e professores. Dessa forma, é fundamental investir na produção e disponibilização de recursos didáticos acessíveis e na formação continuada dos educadores para superar esses desafios e promover uma educação inclusiva e de qualidade para todos.

Nesse sentido, acreditamos que o desenvolvimento de um livro voltado para a rede de ensino, com foco no ensino de Libras, pode ser uma iniciativa altamente benéfica para promover a inclusão e valorizar a cultura surda em São Francisco. Esse livro poderia servir como um recurso fundamental para todos os professores de Libras, fornecendo um modelo consistente e abrangente para o ensino da língua e sua aplicação em diversos contextos educacionais. Ao estruturar o livro de forma didática e acessível, os professores teriam à disposição um guia prático que aborda desde os fundamentos básicos da Libras até estratégias avançadas de ensino, incluindo exemplos de atividades e materiais de apoio para facilitar a aprendizagem dos alunos. Além disso, o livro poderia integrar aspectos culturais significativos da comunidade surda de São Francisco, sobre tradições, valores e experiências compartilhadas que enriqueceriam o aprendizado de todos.

Além do livro, a criação de um Glossário On-Line de Libras focado na cultura Afro-Surda de São Francisco seria uma iniciativa valiosa para promover a compreensão e a valorização da identidade surda na comunidade escolar e na sociedade em geral. Esse glossário apresentaria, por meio de vídeos de curta duração, sinais específicos relacionados à história, geografia, monumentos, eventos

culturais e personalidades importantes da comunidade surda local, oferecendo uma visão única e autêntica da cultura Afro- Surda de São Francisco. Ao disponibilizar esse recurso, os professores e alunos teriam a oportunidade de explorar e aprender sobre a rica diversidade cultural da comunidade surda, fortalecendo os laços de inclusão e promovendo um ambiente escolar mais acolhedor e respeitoso para todos.

Essas iniciativas, tanto a criação do livro para rede de ensino quanto do glossário on-line cultural de Libras, representam um compromisso significativo com a promoção da inclusão e valorização da Cultura Afro-Surda em São Francisco. Ao fornecer recursos educacionais, os professores e alunos teriam as ferramentas necessárias para aprimorar sua proficiência em Libras e desenvolver uma compreensão mais profunda e respeitosa da comunidade surda local. Essas ações não apenas fortaleceriam o ensino de Libras na rede de ensino, mas também contribuiriam para a construção de uma sociedade mais inclusiva, onde todos são valorizados e respeitados em sua diversidade linguística e cultural.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou compreender, através de documentos oficiais do município de São Francisco do Conde, de que forma está sendo ofertado o ensino de Libras para ouvinte na rede de ensino. Atualmente, o ensino da Língua Brasileira de Sinais (Libras) é ofertado nas escolas municipais de São Francisco do Conde, porém, só com uma pesquisa de campo para certificarmos se toda rede de ensino tem acesso ao ensino de Língua Brasileira de Sinais - Libras. A Língua Brasileira de Sinais (Libras) e a promoção da inclusão da comunidade surda exigem uma abordagem colaborativa. Através da análise do Referencial Curricular Franciscano e da Lei municipal 540/2018, foi possível compreender a complexidade e a importância desse tema no contexto educacional brasileiro. Como destacado por Quadros (2000), a Libras não é apenas uma língua alternativa, mas uma língua legítima e completa, com sua própria gramática e estrutura linguística única. Portanto, sua incorporação no currículo escolar é essencial para garantir a participação plena e igualitária dos alunos surdos.

No entanto, como observado por Gesser (2012), o ensino de Libras vai além da sala de aula e requer o envolvimento ativo da comunidade surda. É fundamental promover interações sociais e culturais que valorizem a língua de sinais e fortaleçam a identidade surda. Isso ressalta a importância de uma abordagem inclusiva e sensível às necessidades específicas dessa comunidade, reconhecendo sua diversidade e contribuições únicas para a sociedade.

Além disso, as políticas públicas desempenham um papel fundamental na promoção da inclusão e acessibilidade. É de responsabilidade do Estado estabelecer diretrizes claras e recursos adequados para apoiar a formação de professores e o desenvolvimento de materiais didáticos adaptados. Isso inclui a garantia de que os profissionais da educação estejam devidamente capacitados para o ensino de Libras e conscientes de sua importância na promoção da igualdade de oportunidades educacionais.

Ao mesmo tempo, é crucial reconhecer as contribuições da comunidade surda para o ensino e aprendizagem da Libras. A valorização da cultura surda é essencial para ampliar as oportunidades de trabalho e promover uma compreensão mais profunda das línguas de sinais. Portanto, é fundamental envolver os próprios surdos no desenvolvimento de políticas e práticas educacionais que os afetam diretamente.

Esta pesquisa destaca também a importância do ensino de Libras como uma ferramenta essencial para promover a inclusão e valorizar a diversidade linguística e cultural. Através de uma abordagem colaborativa e sensível às necessidades da comunidade surda, é possível construir um ambiente educacional mais inclusivo e acessível para todos.

Ao finalizar esta pesquisa, torna-se evidente que o ensino da Língua Brasileira de Sinais (Libras) desempenha um papel crucial na promoção da inclusão e igualdade de oportunidades no contexto educacional. Como destacado por Quadros (2000), a Libras não é apenas uma ferramenta de comunicação alternativa, mas uma língua completa, com sua própria gramática e estrutura linguística. Portanto, sua inserção no currículo escolar não é apenas uma questão de acessibilidade, mas também de reconhecimento e valorização da identidade surda.

No entanto, para que o ensino de Libras seja eficaz, é fundamental que os profissionais da educação estejam adequadamente preparados e capacitados. Conforme observado por Gesser (2012), isso inclui não apenas o domínio da língua em si, mas também uma compreensão profunda da cultura surda e das necessidades específicas dos alunos surdos. Portanto, a formação de professores e educadores deve incluir não apenas aspectos linguísticos, mas também sensibilidade cultural e competência em educação inclusiva.

REFERÊNCIAS

- BENTO, Nanci Araújo. **Os parâmetros fonológicos**: Configuração de mãos, ponto de articulação e movimento na aquisição da língua brasileira de sinais - um estudo de caso 2010.
- BRITO, L. F. **Integração social**: educação de Surdos. Rio de Janeiro: Babel, 1993
- CAPOVILLA, Fernando Cesar; RAPHAEL, Walkiria Duarte. **Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue - Língua de Sinais Brasileira**. v. 1 e 2. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2008
- _____. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 1994.
- DECRETO nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.
- FERREIRA BRITO, L. **Por uma Gramática das Línguas de Sinais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários a prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.
- <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-12/censo-2022-populacao-parda-supera-branca-pela-1a-vez>
- GOMES, E. O. Introdução histórica da língua de sinais kaapos. **Revista em Favor de Igualdade Racial**, v. 3, n. 1, p. 33-41, Rio Branco 2020.
- GESSER, Audrei. **Libras? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da Língua de Sinais e da realidade surda**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.
- KABENGELE MUNANGA. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- KABENGELE MUNANGA. **Negritude**: usos e sentidos. São Paulo: Editora Ática, 1986.
- KABENGELE. MUNANGA "Teorias sobre o racismo". In: HASENBALG, C. A. (org.). **Sociedade brasileira**. 1998
- KARNOPP, Lodenir B. **Aquisição da Linguagem de Sinais**: Aquisição do parâmetro configuração de mão na Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS): um estudo sobre quatro crianças surdas, filhas de pais surdos. 1994. Dissertação (Mestrado em

Letras) – Instituto de Letras e Artes, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

LANE, Harlan. **A Máscara da Benevolência**: a comunidade surda amordaçada. Lisboa: Instituto Piaget, 1992.

LEI nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar**: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar** – O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Editora Summus, 2015.

MCLAREN, Peter. **Multiculturalismo Crítico**. São Paulo: Cortez Editora, 1997.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO CONDE (BA). (2018). **Lei nº 540, de 24 de maio de 2018**. Dispõe sobre a inclusão da Língua Brasileira de Sinais (Libras) no currículo escolar da rede municipal de ensino e dá outras providências.

QUADROS, Ronice Muller de. (Orgs.). **Teorias de aquisição da linguagem**. v. 1. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.

QUADROS, Ronice Muller de **Estudos surdos I** Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2006.

QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de Sinais Brasileira I**: Porto Alegre: Artmed, 2004.

QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de sinais brasileira**: estudos lingüísticos. São Paulo: Artmed, 2007.

QUADROS, R.M. de. **Alfabetização e o ensino da língua de sinais**. Textura, Canoas n3 p.54,2000.

SOARES, Priscilla Alyne Sumaio **Língua Terena de Sinais**: análise descritiva inicial da língua de sinais usada pelos terena da Terra Indígena Cachoeirinha. 2018. 214f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2018.

SILVA, Carine Mendes da; SILVA, Daniele Nunes Henrique. Libras na educação de surdos: o que dizem os profissionais da escola? In: **Psicologia Escolar e Educacional**. v. 20, n.1, 2016. Disponível em: Acesso em: 08 de dezembro de 2017.

SILVA, D.S. da; QUADROS, R.M. de. Línguas de sinais de comunidades isoladas encontradas no Brasil. **Brazilian Journal of Development**, v. 5, n. 10, p. 22111-22127, 2019.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

SAUSSURE, F. **Curso de Lingüística Geral**. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 2003.

SKLIAR, C. (1998). **A surdez**: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Editora Mediação.

STROBEL, Karin; FERNANDES, Sueli. **Aspectos linguísticos da Língua Brasileira de sinais**. Curitiba: Secretaria da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Educação Especial, 1998.

VILHALVA, S. **Mapeamento das línguas de sinais emergentes**: um estudo sobre as comunidades linguísticas indígenas de Mato Grosso Do Sul. 2009. 137f. Dissertação (Mestrado) – Centro de Comunicação e Expressão da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2009.

ANEXO

PROJETO DE LEI Nº 540/2018

Reconhece como meio de comunicação objetiva e de uso corrente, a língua brasileira de sinais - libras e dispõe sobre a sua implantação como segunda língua oficial para surdos, na rede pública municipal de ensino.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO CONDE-BAHIA, no uso de suas atribuições legais.

Faço saber e a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei.

Art. 1º - Fica reconhecida oficialmente, como meio de comunicação objetiva e de uso corrente no Município de São Francisco do Conde, Bahia, a Linguagem Gestual Codificada na Língua Brasileira de Sinais -LIBRAS e outros recursos de expressão a ela associados.

Parágrafo Único - Compreende-se como Língua Brasileira de Sinais o meio de comunicação de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, oriunda de comunidades de pessoas surdas. É a forma de expressão do surdo e sua língua natural.

Art. 2º - A Rede Municipal de Ensino, através da Secretaria Municipal da Educação deverá garantir acesso à educação bilíngüe (LIBRAS e Língua Portuguesa) no processo de ensino-aprendizagem, desde a educação infantil até os níveis mais elevados do Sistema Educacional do Município de São Francisco do Conde, a todos os alunos surdos.

Art. 3º - Fica determinado que o Município oportunizará a capacitação do quadro de servidores e de outras instituições públicas, através da Secretaria Municipal da Educação, para prover as repartições públicas voltadas para o atendimento externo por profissionais que possam servir de interprete da Língua Brasileira de Sinais.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º- Ficam revogadas as disposições anteriores em contrário. Prefeitura Municipal de São Francisco do Conde/BA,

EVANDRO SANTOS ALMEIDA
Prefeito Municipal

JUSTIFICATIVA

No cumprimento das minhas obrigações constitucionais e legais, tenho a honra de encaminhar para discussão, votação e aprovação desta Edilidade, em caráter de URGÊNCIA, o anexo Projeto de Lei que visa reconhecer oficialmente, no

Município de São Francisco do Conde, a Linguagem Gestual Codificada na Língua Brasileira de Sinais -LIBRAS - e outros recursos de expressão a ela associados, como meio de comunicação objetiva e de uso corrente. A inclusão leva a reconhecer a importância da LIBRAS no âmbito escolar, profissional e da sociedade em geral. A

discussão sobre o tema da Lei de LIBRAS é de sumária importância para a uniformização de uma sociedade democrática de direito.

LIBRAS foi reconhecida como primeira língua da comunidade de surdos está amparada pela Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. A Lei foi criada devido à luta pela conquista de direitos dos surdos em espaços de cidadania a exemplo de: escola, sociedade, igreja e outros que os levem a adquirir independência.

Ao se realizar uma análise precisa do que ocorre em nossa realidade frisamos a importância das atuações de uma lei municipal e aplicabilidade, observando ainda que apesar dos impasse com respeito às diferenças, os desafios a atuação educacional da Libras estarão sendo superados e enfrentados de forma eficaz. Espera-se que no futuro o valor das pessoas surdas seja ainda mais reconhecido, além de que a atuação atualmente delimitada ao contexto dos surdos ainda possa ser mais efetivada de forma global e irrestrita.

Este Projeto de Lei busca a Inclusão social do surdo junto à sociedade são franciscana, de maneira que o Município oportunize a capacitação do quadro de servidores e de outras instituições públicas, através da Secretaria Municipal da Educação, para prover as repartições públicas voltadas para o atendimento externo por profissionais que possam servir de intérprete da Língua Brasileira de Sinais. E, no âmbito do Município, os estabelecimentos bancários, hospitalares e outros de grande afluência de público, visando ao atendimento dos surdos e deficientes auditivos, disponibilizarão pessoal habilitado em língua de sinais, facultando-se a estes estabelecimentos treinarem funcionários para que a comunicação, tão importante na vida em sociedade, consiga ocorrer naturalmente no cotidiano das pessoas.

Desta forma, pelas razões perfilhadas nesta mensagem, e na expectativa otimista da ocorrência dos pretendidos desígnios aqui defendidos, anseio pela devida compreensão e acolhida, por esta Casa Legislativa, das solicitações ora formuladas.

Na certeza de que o sistema municipal de educação será, mais uma vez, contemplado com a valorosa contribuição dessa Edilidade, renovamos os nossos protestos de alto estima e elevado apreço.

No ensejo, renovo os meus protestos de elevada estima e apreço e peço pela apreciação e aprovação do Projeto.

Atenciosamente,

EVANDRO SANTOS ALMEIDA
Prefeito Municipal